

PROGRAMA DE GOVERNO
MARIA • PREFEITA | TAMYRES • VICE-PREFEITA

PLANO DE AÇÃO PARTICIPATIVO

POAÇÃO
O POVO PARTICIPA E O POVO DECIDE

PORTO ALEGRE



Coligação O Povo de Novo na Prefeitura



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PLANO DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES E ALAGAMENTOS	3
SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DAS ÁGUAS	6
RECONSTRUIR PORTO ALEGRE OLHANDO PARA O FUTURO	8
SAÚDE PARA TODOS COM GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA	10
UMA CIDADE COM QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL	14
POLÍTICAS PARA CATADORES E RECICLAGEM DE RESÍDUOS	16
LIMPEZA URBANA	18
MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO	19
A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	23
COMPROMISSOS COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL	25
MORADIA DIGNA É QUALIDADE DE VIDA	27
FINANÇAS PÚBLICAS: RESPONSABILIDADE COM A RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA	30
PROGRAMA RECONSTRUÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	32
O POVO PROTAGONISTA DE NOVO: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL	35
O POVO NA PREFEITURA CONSTRUINDO UMA CIDADE COM MAIS CULTUR	37
ESPORTE E LAZER	39
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	40
POA DOS DIREITOS HUMANOS	42
CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PRIORIDADE ABSOLUTA	44
UMA CIDADE PARA AS JUVENTUDES	46
MULHERES PELO DIREITO À CIDADE	47
POA ANTIRRACISTA	49
LGBTQIA+ - PORTO ALEGRE DO RESPEITO E DA DIVERSIDADE	51
PCD ´S - INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	52
POLÍTICAS PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E ATIVO	54
PROTEÇÃO ANIMAL COM POLÍTICAS PÚBLICAS PERMANENTES	55
TURISMO COMO MODAL PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE	57
PORTO ALEGRE MEMORÁVEL	59
SEGURANÇA ALIMENTAR, NUTRICIONAL E COMBATE À FOME	60
CONSTRUIR COM OS POVOS INDÍGENAS UMA PORTO ALEGRE DO BEM VIVE	62
POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS	64
IMIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS	65
DESENVOLVENDO A ECONOMIA COM ÊNFASE NAS PESSOAS E NOS TERRITÓRIOS	67
UM PROGRAMA PARA A TRANSFORMAÇÃO DE PORTO ALEGRE	69
EXPEDIENTE	70



P R E F E I T A
MARIA 13
V I C E T A M Y R E S

O POVO DE NOVO NA PREFEITURA

01. INTRODUÇÃO

Porto Alegre enfrenta um momento de extrema dificuldade devido à força devastadora das águas que inundaram a cidade, resultando na maior tragédia climática de sua história. Essa catástrofe não é apenas um acidente ou uma fatalidade inevitável, mas sim o resultado de um conjunto de fatores. Por um lado, foi alimentada pelo negacionismo e inércia diante das mudanças climáticas. Por outro, pelo enfraquecimento da gestão pública, marcado pela desvalorização de peritos, técnicos e engenheiros qualificados. As lições que este momento nos impõe são claras: precisamos de uma mudança política, administrativa e cultural urgente.

A reconstrução da nossa cidade exige retomar e qualificar o planejamento urbano e ambiental, por via de uma gestão municipal capaz de conjugar ações especiais para a recuperação integral das áreas atingidas pela inundação, a partir de ações planejadas e metas que pensem o futuro de Porto Alegre para os próximos 10 anos (2025-2035). A nossa maior responsabilidade é apresentar para o diálogo com todos os segmentos da cidade, propostas e diretrizes de um projeto de desenvolvimento para uma Porto Alegre recuperada, protegida em sua infraestrutura, sua dimensão social, cultural e econômica.

É responsabilidade da prefeitura mobilizar pactos entre os diferentes segmentos que pensam, vivem e projetam a cidade construindo o melhor para ela. Nossa cidade, outrora considerada mundialmente a capital da democracia participativa, deve retomar este espírito com uma inovadora disposição a iniciar um ciclo de desenvolvimento socioambiental. Nossa cidade precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação, difundir a capacidade de olhar para frente, projetando o futuro para um caminho novo, sem repetir os erros do passado.

Foi nos propondo a este desafio que desenvolvemos um processo participativo de elaboração do programa de governo, o POAÇÃO. O programa conjuga ações de caráter emergencial, com metas de médio e longo prazo para o direito a uma cidade com qualidade de vida para seu povo. Este processo dialógico, foi planejado para acontecer em encontros regionais presenciais, por áreas temáticas, além da participação online, contou com encontros regionais, os quais reuniram centenas de pessoas para debater o diagnóstico da realidade e a priorização de demandas a partir da realidade local. Iniciado em janeiro de 2024, o processo foi interrompido pelas inundações de maio, e só pôde voltar a acontecer em meados de junho, na forma de debates temáticos. Foram dezenas de grupos de trabalho com a participação de milhares de técnicos especialistas, ativistas e população, elaborando as propostas de cada área de política pública. A síntese deste processo participativo está reunida neste plano de ação, que busca recuperar a cidade dos impactos econômicos, sociais e ambientais da enchente, mas também impulsionar novos caminhos, iniciando um novo ciclo de Porto Alegre.

Na construção deste novo caminho urge superar a prática de estado mínimo e se construir o conceito de estado necessário, capaz de articular ações entre o poder público e a sociedade, sendo mais transparente e competente. A Gestão Pública deve se valer de metodologias que realizem o diagnóstico profundo de cada região da cidade, seus potenciais e limitações estruturais, compondo um planejamento específicos ao seu desenvolvimento, assegurando serviços, investimentos orientados à melhora na qualidade de vida em todos os sentidos. As pessoas em primeiro lugar, essa é nossa perspectiva. A administração pública deve enfrentar os desafios estruturais da cidade e se antecipar aos riscos ambientais e sociais que podem ser identificados.

Nós entendemos que a cidade deve reconstruir suas práticas de planejamento urbano, fundada na participação e protagonismo popular, acadêmico e científico na construção de soluções socialmente relevantes. Um projeto que restitua estruturas seguras para proteção da cidade contra cheias, ambientalmente sustentável, de forma a contribuir para o enfrentamento estratégico das mudanças



climáticas, socialmente inclusiva para superação da pobreza e construção de uma cidade harmoniosa entre seus diferentes bairros, cuidadosa com as pessoas, capaz de gerar empregos, oportunidades e empreendimentos em setores diversos, não poluentes. Uma cidade saudável, educadora, construtora de cultura e esperança no futuro.

Uma outra visão de cidade, comprometida com a busca de soluções para antigos e novos problemas urbanos e ambientais, tais como assegurar infraestrutura e saneamento, com a garantia da universalização do fornecimento de água potável sem interrupções. Além de medidas urgentes na modernização e manutenção do sistema de contenção de enchentes, buscando recursos internacionais e do governo federal. Vamos atrás do que há de mais contemporâneo em estratégias de incorporação do ciclo da água no planejamento urbano, a exemplo das “cidades esponja”, somado a um esforço de ações integradas a Região Metropolitana. No atual contexto das novas condições climáticas, devemos recuperar áreas verdes degradadas, ampliar a arborização urbana, reconfigurar a política municipal de coleta seletiva e de resíduos, ações para transição energética e investir em educação ambiental.

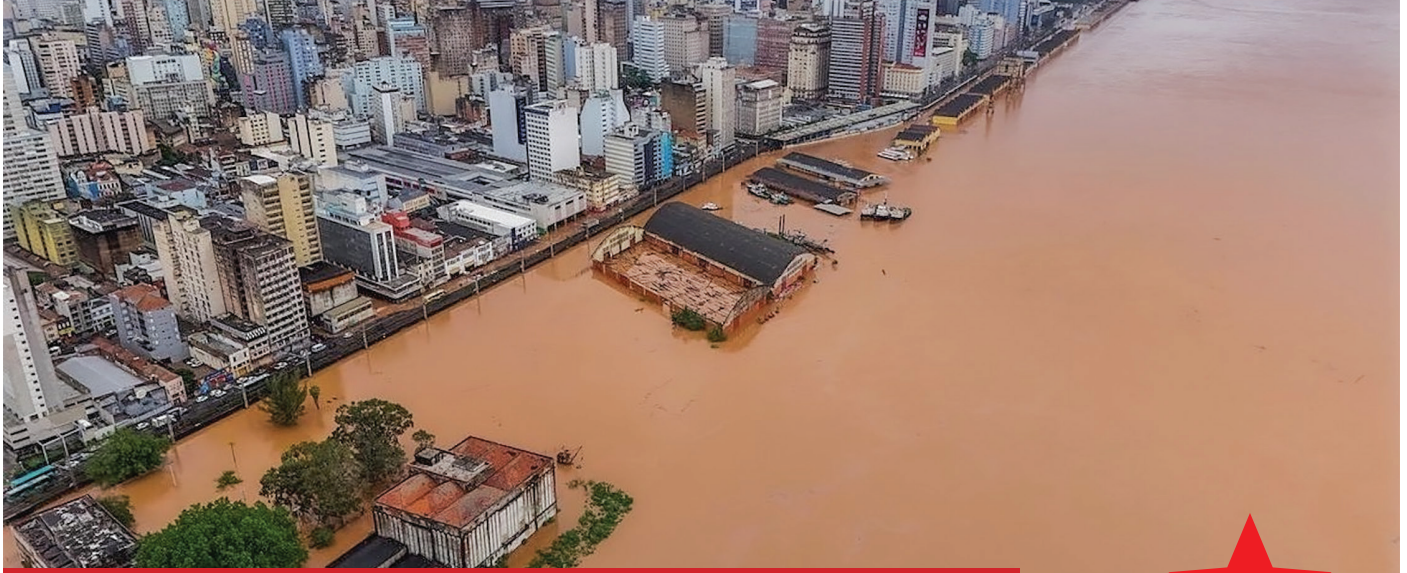
A excelência nos serviços públicos precisa ser uma das marcas da nossa capital. Contamos com servidores dedicados e comprometidos, mas numericamente insuficientes e que precisam ser respeitados e valorizados. Muitos serviços essenciais para a população sofreram acentuada queda de qualidade nestes últimos anos, dos quais salientamos: transportes, saneamento, saúde, educação, assistência social, limpeza urbana, etc. Esta piora é fruto de decisões equivocadas da atual gestão, que resultaram em serviços precarizados, com poucos recursos, improvisados e não raro, quase como única solução, com a prefeitura abdicando de responsabilidades e as transferindo a empresas através de privatizações. Sem contar os casos em que os serviços são simplesmente abandonados, ficando a população desassistida.

Infelizmente, assistimos ao longo destes últimos anos na atual gestão um descaso cada vez maior para com a população e as políticas públicas em praticamente todas as áreas. A catástrofe ambiental que atingiu a capital, tornou mais nítido os prejuízos causados por essa opção de governo, que agora faz de tudo para esconder as suas responsabilidades.

Contudo, o povo de Porto Alegre tem um histórico de lutas sociais e populares na construção de um processo participativo da gestão pública, simbolizado no OP, experiência conhecida pelo mundo afora, cuja força transformadora nunca foi destruída. Nós entendemos que esta história de lutas e solidariedade efetiva da sua gente foi fundamental no enfrentamento desta catástrofe ambiental, articulando de pronto uma poderosa rede de ajuda mútua, no meio do CAOS estabelecido. De alguma forma o movimento “Nós por Nós” encontra sua justificativa no profundo descaso histórico dos Governos municipal e estadual, que contudo, com as ações proativas do Governo Lula, criando o Ministério da Reconstrução do RS, reforçou a importância de Políticas Públicas consistentes e permanentes, dotando o Estado do RS de atuação efetiva a serviço de todas e todos.

Para um futuro próspero, precisamos de um novo rumo. O nosso será materializado na prioridade de uma cidade que oferta qualidade de vida ao seu povo. Se faz urgente recuperar a inteligência e a gestão pública de Porto Alegre. É preciso capacidade de liderança e diálogo para buscar recursos novos, integrar-se ao mundo e gerar desenvolvimento em harmonia com as demais esferas, encerrando práticas de transferência de responsabilidade e falsos conflitos.

Com muito trabalho, fé e união, vamos reconstruir a nossa cidade.



02. PLANO DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES E ALAGAMENTOS

Após a histórica tragédia da enchente de 1941, Porto Alegre construiu ao longo das décadas seguintes, um dos sistemas mais bem planejados e eficientes de proteção contra cheias do Brasil. Um sistema composto pelo Muro da Mauá, 14 comportas, 68 quilômetros de diques e 19 casas de bombas. Mesmo com os inúmeros alertas da ciência sobre os efeitos das mudanças climáticas, as últimas administrações municipais negligenciaram os perigos de novas enchentes. Além disso, extinguíram o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), órgão responsável por planejar, construir e conservar as redes de drenagem urbana.

A manutenção do sistema de drenagem foi praticamente abandonada. Na atual gestão nada foi realizado em manutenção nas comportas e Casas de Bombas do Sistema de Proteção contra Inundações. Na gestão passada perderam-se R\$124 milhões a fundo perdido do Governo Federal, destinados à ampliação das Casas de Bombas e Arroio Moinho – porque a prefeitura não apresentou os projetos de engenharia.

A maior tragédia climática da nossa história poderia ter sido diferente. Não faltaram avisos. Em 2015, as águas do Guaíba já encostaram no muro da Mauá, em setembro e novembro do ano passado novamente, e percebemos nas cheias do ano passado que as bombas e as comportas, planejadas para proteger a cidade com seu sistema de diques, necessitavam de manutenção. As desastrosas inundações e alagamentos deste ano poderiam ter sido evitadas em grande parte se a manutenção usual e necessária tivesse sido realizada, como apontado por inúmeros técnicos e especialistas.

O aquecimento global e as mudanças climáticas são uma realidade, não havendo mais espaço para negacionismos de qualquer tipo. Somente com políticas ambientais decididas de mitigação, adaptação, proteção, mas também de recuperação, poderemos ter uma Porto Alegre menos vulnerável a eventos climáticos.

Pensado de forma articulada a um conjunto de políticas socioambientais que compõem este programa, apresentamos a seguir as propostas do nosso Plano de Proteção contra enchentes e alagamentos. Seu principal objetivo é proteger a cidade e as pessoas que nela vivem, para que essa tragédia nunca mais se repita.

Propostas:

- **Fortalecer o sistema de proteção.** Com base no plano de ampliação e modernização das Casas de Bombas elaborado pelo DEP em 2014 (para o qual a União liberou recursos e foram perdidos pela prefeitura), atualizaremos este plano e contratá-lo imediatamente.
- **Manutenção permanente.** Realizar a manutenção contínua de todo o Sistema de proteção contra cheias para que esteja pronto e eficiente para proteger a cidade quando necessário. Criando regime de operação contínuo (24 horas/dia) nas Casas de bombas, mantendo consertados todos os motores, bombas e geradores. Registrar quaisquer defeitos e realizar consertos imediatamente.
- **Plano de colocação de geradores próprios nas Casas de Bombas.** Vamos executar uma ação que buscará garantir que não sofreremos com a falta de energia no bombeamento das águas, para que esteja pronto e eficiente para proteger a cidade quando necessário.
- **Sistemas de monitoramento e alerta.** Para implementar uma gestão de tomada de decisões antes da ocorrência de eventos extremos. Fortalecer um sistema comunitário, instalando núcleos de monitoramento, aviso e alerta com as comunidades através de sistemas de sinalização, comunicação e informações de fluxo contínuo e em parceria com comunicadores comunitários (rádios, TV, podcast).
- **Criação de uma estrutura pública dedicada à drenagem e proteção.** Aos moldes do antigo DEP, formada por corpo técnico que atuará integrada com as demais estruturas municipais de saneamento e meio ambiente.
- **Desenvolver políticas para uma cidade esponja.** Implementadas com sucesso em diversos municípios no mundo, as políticas de cidade esponja buscam desenvolver ações de detenção e retenção das águas da chuva, seja para o uso específico (jardins, lavagens em geral, banheiros) ou para posterior escoamento. Estas ações consistiriam na criação de Bacias de amortecimento (locais que armazenam as águas excedentes durante as chuvas maiores); criar e manter mais áreas permeáveis às águas da chuva; mais áreas verdes, inclusive em telhados e outros locais não usuais; não deixar áreas sem vegetação, desenvolver programas de calçamentos incluindo gramas, flores e outras vegetações. Cuidar mais e melhor das águas das chuvas, reduzirá os alagamentos.
- **Utilizar os recursos disponibilizados pelo Governo Federal** para recuperação e investimentos em melhorias do Sistema de Proteção Contra Cheias de forma integrada com toda a região metropolitana.
- **Planejamento Urbano para as Áreas de Risco.** Existem 142 áreas de risco em Porto Alegre. São 20 mil famílias e mais de 80 mil pessoas vivendo nesta condição de insegurança, por risco de deslizamentos ou inundações. Atualmente não há medidas da municipalidade para enfrentar a situação. É preciso reconhecer que há grupos marginalizados e que a enchente de 2024 intensificou essas desigualdades, evidenciando a necessidade de ações articuladas e prioritárias para enfrentar o racismo ambiental. É necessário que equipes técnicas qualificadas atuem para as ações de prevenção aos desastres e proteção da população. O que passa, em alguns casos, pela remoção das famílias para alternativas de moradia segura como prioridade da política pública de habitação, sempre em diálogo com as famílias, e a fiscalização para evitar novas ocupações nessas áreas que podem, sempre que adequado, receber usos alternativos, para hortas e pomares coletivos ou parques.

- **Elaboração de Plano de Contingência para enfrentamento de eventos extremos.** Articulado aos serviços de alertas e prevenção, assim como a defesa civil e os núcleos comunitários; apoiada em mecanismos de diálogo com a sociedade civil.
- Criação de equipes e aquisição de equipamentos tais como geradores, caminhões hidrojato combinados e estruturas de contenção para prevenção e enfrentamento de eventos extremos.
- Buscar cooperação técnica com universidades através de convênios.
- **Entrada da cidade livre de cheias.** A região do Humaitá e Navegantes tem sofrido há muito tempo com problemas de alagamentos, atingindo proporções dramáticas neste ano. O atraso nas obras de contrapartida da construção da Arena do Grêmio tem cobrado um alto custo social. A prefeitura deverá liderar um esforço decidido, envolvendo todas as partes envolvidas, para resolver a questão. Além disso, um conjunto de obras mitigatórias de drenagem serão feitas para reduzir o impacto das chuvas na região.
- **Sarandi sem alagamentos.** Recuperar o Dique e retomar os projetos da Casa de Bomba 10 são medidas de curto prazo para começar a vencer os alagamentos na região. Somado a isso, vamos retomar a manutenção do Arroio Passo das Pedras com serviços de dragagem para evitar o assoreamento do arroio e buscar mediação com o Governo do Estado para resolver questões do Arroio do Feijó que atingem o Bairro Sarandi.
- **Ilhas seguras.** Um plano de ação especial para a proteção das ilhas, democraticamente construído com os moradores, buscando novas soluções, como a construção de casas de palafita e ampliação dos sistemas de proteção.



03. SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DAS ÁGUAS



Responsabilidade do município, as políticas de saneamento ambiental, que já vinham com investimentos insuficientes, foram duramente sucateadas na atual gestão. O Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) deixou de atender de forma adequada a necessidade de água potável e os investimentos em esgotos são poucos. Sem investimento e com seu quadro funcional reduzido drasticamente para menos da metade, os problemas se avolumam. Não é possível o DMAE fazer frente aos desafios com a atual quantidade de servidores, tendo uma quantidade de cargos vagos maior do que a de cargos providos. Ao mesmo tempo, o DMAE acumula em caixa atualmente R\$ 400 milhões em aplicações financeiras, recursos que deveriam ser usados para atender as necessidades da população. Em 2023 o DMAE realizou somente 37% de seu orçamento, algo nunca visto numa gestão. Ou seja, é feita uma opção política por não investir.

Já fomos uma cidade que se orgulhava no início deste século ter toda a sua área urbanizada regular abastecida com água de excelente qualidade. Infelizmente isso mudou e voltou a faltar água em muitos bairros. Temos aqui a aplicação da velha receita neoliberal de precarizar os serviços para com isso tentar justificar a sua privatização. Defendemos que o DMAE, autarquia municipal criada em 1961, cuja missão atual é “prestar serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana com qualidade, tendo sustentabilidade ambiental, econômica e social” permaneça público e tenha seus serviços qualificados para melhor atender a população.

Uma gestão correta do saneamento de uma cidade é fundamental para a qualidade de vida de sua gente e, como vimos recentemente, uma questão de vital importância para uma cidade construída em torno das águas. Construindo soluções que, efetivamente, permitam fazer do saneamento público com cada vez mais saúde e qualidade ambiental.

Propostas:

- **DMAE público e com serviços de qualidade.** Suspensão do projeto de privatização e retomada dos investimentos, com recursos próprios e financiamentos, com a recuperação da sua capacidade técnica e operacional, prevendo a realização de concurso público e a retomada dos programas de capacitação dos servidores.

- **Reestruturar o DMAE.** Para que possua mão de obra, equipamentos e recursos suficientes para aplicação dedicada aos Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitários (com foco na universalização e melhoria da qualidade dos mananciais) e na Drenagem e Proteção Contra Cheias capaz de suportar a realidade da mudança climática.
- **Voltar a planejar e desenvolver ações com base no Planejamento estratégico do DMAE e retomar o Sistema de Gestão do DMAE** com foco nos clientes e nos resultados.
- **POA 100% abastecida com água.** Minimizar rapidamente as faltas de água, com todas as regiões abastecidas plenamente a partir de dezembro de 2025.
- **Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.** Com elaboração de diagnóstico, prognósticos, objetivos e metas, programas, participação social e indicadores necessários para universalização do saneamento conforme o Novo Marco Legal.
- **Ampliação das Estações de Tratamento.** Concluir e planejar ampliação ou a construção de novas Estações Estação de Tratamento, para sempre garantir uma suficiente produção de água potável.
- **Conclusão do Sistema de Abastecimento Ponta do Arado.** Retomada das obras paradas para a solução dos problemas de falta de água das zonas Leste e Extremo Sul de Porto Alegre.
- **Interligar sistema de distribuição de água.** À semelhança do sistema elétrico brasileiro, interligar a distribuição de todos os 6 Sistemas de Tratamento (Moinhos de Vento, São João, Menino Deus, Tristeza, Belém Novo e Arado) e estudar uma solução para o das Ilhas. Quando faltar água em uma estação de tratamento, as outras vão socorrer.
- **Construção de uma nova ETA na Lomba do Sabão.** Aumentar a garantia de ter água tratada com uma nova estação de tratamento na Lomba do Pinheiro.
- **Programa de combate e redução de perdas de água.** Iniciando pelas áreas com problemas de abastecimento.
- **Mobilização casa com ligação de esgoto.** Realizaremos ampla mobilização junto à população para a necessidade das obras particulares das ligações domiciliares. Propomos que o DMAE assuma os custos para famílias de baixa renda.
- **Realização de convênios.** Buscando entidades como companhias de saneamento, universidades e organismos de cooperação para realização de consultorias, estudos técnicos, assessoria, benchmarking, transferência em tecnologia e inovação.
- **Retomar o Conselho Municipal de Saneamento Básico.** Que teve suas atividades interrompidas desde 2017.



04. RECONSTRUIR PORTO ALEGRE OLHANDO PARA O FUTURO



Recuperando a capacidade da Prefeitura para elaboração de projetos e demonstrando capacidade de execução, a cidade poderá se habilitar a receber importantes recursos do Governo Federal e de agências internacionais. A incapacidade do Prefeito em apresentar projetos, fez nossa cidade perder inúmeras oportunidades. Acreditamos que através de um choque de investimentos seremos capazes de tirar Porto Alegre de sua decadência socioeconômica.

Queremos uma cidade que tenha na qualidade de vida de seu povo a sua maior conquista. É papel da Prefeitura coordenar ações que pensem a cidade como um todo, buscando um planejamento urbano e ambiental construído democraticamente em diálogo com a população. A participação e o controle social serão pilares fundamentais da reconstrução da cidade. Fortalecendo mecanismos de participação efetiva da população, sempre acompanhada de instrumentos técnicos, que apontem um caminho do respeito e valorização de cada comunidade e grupo social e cultural.

Propostas:

- **Planejar o futuro.** A reconstrução da nossa cidade exige a liderança de uma gestão municipal capaz de conjugar ações especiais para a recuperação integral das áreas gravemente atingidas pela inundação, com um projeto de planejamento e metas para os próximos 10 anos (2025-2035), pensando a Porto Alegre do futuro. Assim, retomando a vocação de ser uma cidade capaz de inovar em todas as esferas, integrar-se ao mundo e produzir vida com dignidade e oportunidades, teremos uma cidade humana e ambientalmente sustentável.
- **Conselho da Reconstrução de Porto Alegre.** A participação no planejamento da cidade gera transparência e melhor qualidade na utilização de recursos públicos. Buscando nas universidades, conselhos profissionais e técnicos fontes de pesquisas e saberes para melhores estratégias, criar um potente e representativo Conselho da Reconstrução de POA, formado pelos mais diversos segmentos, com especialistas, setores econômicos, comunidades, e em especial por aqueles setores diretamente afetados pela tragédia das enchentes.

- **Revisar e fortalecer o Sistema Municipal da Política Urbana.** Começando, retomar o processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) desde o princípio, realizando um retorno às atividades territoriais, com debates e diálogos efetivos com a população. Promover o retorno das Conferências Municipais do Plano Diretor, para incentivar e viabilizar a participação da comunidade e suas representações em todas as etapas do processo de planejamento territorial da cidade e dos bairros.
- **Reavaliar os planos diretores setoriais do Centro Histórico e 4º Distrito.** Frente a realidade aberta após a enchente, é necessário restabelecer o debate sobre todos os planos de bairros construídos com a comunidade, associado a revisão do Plano Diretor. Proporcionar a inclusão da dimensão do cotidiano no planejamento do modelo espacial e no uso do solo, estimulando os usos mistos e a multifuncionalidade dos espaços, atendendo às necessidades cotidianas dos moradores dentro de distâncias caminháveis.
- **Recuperar o Mercado Público em toda sua potencialidade.** Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, o Mercado Público é de grande importância na vida da nossa cidade: espaço simbólico para os povos de matriz africana, com a diversidade alimentar ofertada nas bancas e nos restaurantes e cafés, além de outros empreendimentos e serviços, é um dos principais pontos turísticos e de circulação na cidade. Ainda nem havia se recuperado plenamente do incêndio de 2013 e foi duramente afetado pelas águas em maio. Buscaremos os recursos federais já disponibilizados para obras de reforma que a Prefeitura até agora negligenciou. Em diálogo com os mercadeiros e população, vamos abrir um processo de revitalização que buscará fortalecer a vocação deste como o mercado do povo de Porto Alegre.
- **Olho vivo na Revitalização do Cais Mauá** Após a grande enchente, resta a certeza de que a região compreendida pelo Cais Mauá, além de Cartão Postal, é também uma zona estratégica para uma política consistente de proteção do Centro. Defendemos um acesso público e irrestrito da população, e seremos contrários a qualquer tipo de ocupação do espaço fundada na segregação ou gentrificação da área.
- **Realizar auditoria dos fundos municipais relacionados à gestão e política urbana.** Revisar suas finalidades, funcionamento, fortalecer com controle social e recursos que atendam a demanda habitacional mais urgente. Focar em novas fontes de financiamento. Avaliar, discutir e ampliar a participação da população na composição dos conselhos dos fundos.
- **Ações para impulsionar a retomada econômica.** A prefeitura deverá investir em obras de infraestrutura, como por exemplo, modernizando vias públicas e melhorando os serviços de transporte, para gerar empregos, melhorar a qualidade dos serviços públicos e atrair novas empresas. Além disso, vamos criar medidas de apoio a pequenas e médias empresas para estimular a atividade econômica local. Por fim, a promoção de programas de capacitação profissional ajudará a população a se reinserir no mercado de trabalho, aumentando sua qualificação e promovendo o crescimento econômico sustentável.
- **Criação do Conselho Municipal de Relações Internacionais.** Buscará democratizar a paradiplomacia (política “externa” no âmbito municipal”, fortalecer a cooperação internacional, atrair investimentos e financiamentos para políticas públicas, promoção de intercâmbios culturais em nossa cidade com foco na cooperação educacional, técnica e científico-tecnológica.



05.

SAÚDE PARA TODOS COM GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA



Nas últimas décadas, Porto Alegre tem enfrentado desassistência e desamparo na saúde devido à degradação das redes de serviços e ao subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A crescente terceirização e privatização da gestão pública resultaram na fragmentação dos serviços e na piora de indicadores em saúde.

Porto Alegre necessita retomar a égide do Direito Público, retomar o seu alinhamento na perspectiva da construção do SUS, com a garantia do direito social e o aprimoramento na qualidade dos serviços e a melhoria dos indicadores de saúde, priorizando a universalidade, a equidade, a integralidade e a gestão participativa. Porto Alegre necessita dar centralidade à gestão do Trabalho e Educação em Saúde e fortalecer a participação social no SUS através das instâncias de Controle Social, Conselhos locais e Distritais de Saúde, assumindo o compromisso com as diretrizes estratégicas deliberadas nas Conferências Municipais de Saúde.

A cidade deve restabelecer seu sistema único e municipal de saúde, inovando na redistribuição de recursos e na regulação e na assistência especializada, garantindo uma rede de saúde acessível e eficaz. Esses desafios exigem a reconstrução do SUS municipal e metropolitano, com ações voltadas para a valorização da vida, cuidado solidário e Atenção Integral de Saúde, reafirmando o dever do poder público de assegurar a saúde como um direito fundamental.

Propostas:

Atenção Primária à Saúde (APS)

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a base fundamental do SUS e tem sido reiteradamente priorizada nas Conferências Municipais de Saúde de Porto Alegre. O fortalecimento da Saúde da Família como modelo de atenção é crucial para garantir o acesso universal e a coordenação do cuidado de saúde, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade. A seguir, são apresentadas propostas para fortalecer e expandir a APS, garantindo uma cobertura abrangente e de qualidade para toda a população.

- **Fortalecimento da Saúde da Família.** Expandir a cobertura da Saúde da Família em todas as Unidades de Saúde (US), assegurando que a APS seja a porta de entrada do SUS. Além disso, garantir a manutenção das equipes de Saúde da Família (eSF) completas, com a fixação dos profissionais
- **Descentralização e Ampliação das Unidades de Saúde.** Implementar um plano de reconstrução das US afetadas por enchentes e construir novas unidades com base em critérios populacionais e de vulnerabilidade. Descentralizar as Clínicas da Família que têm mais de cinco eSF para preservar o modelo de base territorial.
- **Prioridade aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).** Ampliar o número ACS por eSF, para chegar a 100% de cobertura garantindo a qualificação do cuidado e a integralidade do atendimento domiciliar. Implementação de Equipes Multiprofissionais (eMULTI): Qualificar as eSF através do suporte e apoio matricial, ampliando a oferta de cuidados e aumentando a resolutividade da APS.
- **Modelo Abrangente e Integral de APS.** Reverter o modelo atual baseado na produção de procedimentos, promovendo uma APS abrangente e integral, focada na responsabilização e vínculo com a comunidade.
- **Consolidação de uma Rede de APS Completa.** Integrar componentes como academias de saúde, eMULTI, consultórios na rua e centros de convivência e cultura, garantindo que a APS possa resolver cerca de 85% dos problemas e demandas de saúde.

Rede de Atenção Psicossocial

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é essencial para a saúde mental em Porto Alegre, especialmente após a pandemia de COVID-19 e desastres naturais recentes. A 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental enfatizou a necessidade de superar o paradigma asilar, promovendo redes substitutivas que defendam o cuidado em liberdade, direitos humanos e novos papéis sociais para as pessoas com sofrimento psíquico. Porto Alegre ainda enfrenta desafios como altas taxas de depressão e suicídio e uma rede insuficiente para atender essas necessidades.

Nossas propostas incluem: aumentar os recursos orçamentários para a RAPS, instituir gestão participativa através de Grupos Condutores e Fóruns RAPS, implementar Conselhos Locais, implantar Unidades de Acolhimento, garantir a cobertura necessária de CAPS, assegurar suporte às equipes de base territorial, criar parâmetros para Consultórios na Rua, compor equipes eMULTI, criar leitos de saúde mental em hospitais gerais e pediátricos, e garantir a manutenção e cobertura adequada das equipes especializadas (ESMA e EESCA).

Rede de Atenção Especializada

A Rede de Atenção Especializada (RAE) em Porto Alegre é fundamental para fornecer cuidados especializados e diversificados que complementam a Atenção Primária. No entanto, a crescente fila de espera para atendimento especializado prejudica o acesso adequado e oportuno de milhares de pessoas. Melhorar a resolutividade do cuidado especializado é crucial para evitar a cronificação de doenças e garantir qualidade de vida.

- **Descentralização dos Centros de Especialidades.** Com maior cobertura territorial, com especialidades básicas de apoio à APS, organizados por Distritos de Saúde.
- **Densidade Tecnológica.** Agregar tecnologia diagnóstica e terapêutica nos Centros de Especialidades para reduzir a necessidade de deslocamentos para serviços hospitalares.
- **Mutirão para redução e unificação das filas de espera.** Ampliar o acesso na atenção especializada reduzindo filas e tempos de espera para exames, cirurgias eletivas e consultas especializadas, unificando filas de consultas, estabelecendo metas de tempos de espera máximos e realizar pagamento por procedimento para uma remuneração baseada no cuidado integrado.
- **Diretrizes para Atenção Especializada.** Estabelecer diretrizes de territorialização, acolhimento, articulação em rede, gestão do cuidado e produção de vínculos na atenção especializada.
- **Transparência e Coordenação.** Ampliar a transparência, coordenação do cuidado e comunicação entre equipes demandantes, ofertantes e usuários.
- **Teleatendimento.** Estabelecer diretrizes e critérios para o uso de teleatendimento como ferramenta complementar para garantir acesso em situações específicas.
- **Apoio Matricial.** Implementar ações de apoio matricial para articular e realizar a transição do cuidado entre diferentes componentes e redes temáticas.

Saúde da Pessoa com Deficiência

Embora a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, instituída pelo MS em 2012, não tenha sido implementada em Porto Alegre, sua criação é crucial para garantir atendimento integral a este segmento. A rede deve promover cuidados em saúde, ações de prevenção e identificação precoce de deficiências, e reabilitação em todos os níveis de atenção. A falta de linhas de cuidado e barreiras de acesso evidenciam a necessidade urgente de efetivar essa rede.

Para isso, propõe-se a implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, garantindo acessibilidade universal e a presença de intérprete de LIBRAS. É essencial oferecer reabilitação adequada com equipes multidisciplinares, ampliar a oferta de exames e consultas, e criar Centros Especializados em Reabilitação. Além disso, deve-se assegurar o fornecimento de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPMs) e transporte adaptado para deslocamento aos serviços especializados.

Urgências, emergências, Hospitais Municipais e SAMU

Para garantir uma gestão eficiente e transparente dos serviços de saúde municipais, é crucial revisar e reverter práticas recentes que comprometeram a qualidade e a integridade do atendimento. Nesse sentido, propomos ações que visam restabelecer a gestão direta dos Pronto Atendimentos e hospitais municipais, revogar decisões que promovam a privatização de serviços essenciais e fortalecer os programas de atenção domiciliar e a regulação de urgências e emergências. Estas medidas são fundamentais para assegurar a continuidade, resolutividade e a qualidade do cuidado à saúde da população.

- **Reversão gradual dos Pronto Atendimentos** (PA Bom Jesus e PA Lomba do Pinheiro) para a gestão direta da SMS
- Revisar a contratação de operação de crédito com o Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), até o valor de R\$ 300 milhões, destinados à construção do novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV), para fins de rediscussão da entrega total do hospital à iniciativa privada
- **Retomar a gestão pública municipal do Hospital da Restinga e do Hospital Independência** e concretizar o plano estabelecido no PAC Saúde do Ministério da Saúde, que destinou recursos para a construção de uma maternidade tipo II no terreno do Hospital da Restinga.
- Revisar gradualmente os processos de terceirização nos setores internos do PACS – Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, dos Hospitais Municipais (HMIPV e HPS), bem como do SAMU.
- Qualificar o acolhimento e a regulação das urgências e emergências, centrada no usuário e produtora de cuidado, na garantia da integralidade com critérios claros, visando monitorar e reduzir os tempos de espera para parâmetros aceitáveis.

Assistência Farmacêutica

Garantir a implementação da Política Municipal de Assistência Farmacêutica, integrada com responsabilidade por todos os componentes básico, estratégico e especializado, retomando sua autonomia e desvinculando da Diretoria de Atenção Primária.

- Ampliação e descentralização das Farmácias Distritais por Distrito de Saúde.
- Descentralizar Componente Estratégico para Farmácias Distritais de forma gradual.
- Ampliação de Cuidado Farmacêutico na APS.
- **Política de Cuidado Específico.** Proporcionar um sistema de saúde inclusivo e equitativo em Porto Alegre, garantindo cuidados especializados para mulheres, crianças, adolescentes, LGBTQIA+ idosos, comunidades indígenas, população negra e migrantes, com enfoque em aumentar a capacidade de atendimento, combater desigualdades e respeitar as especificidades culturais e sociais de cada grupo.



06. UMA CIDADE COM QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os eventos climáticos classificados como desastres, atingiram (e atingem) o RS, o Brasil e o Mundo. Precisamos de uma outra visão de cidade, ambientalmente adequada aos novos desafios, para proteger a todos que nela vivem. Nossa cidade já foi referência reconhecida internacionalmente pela qualidade de seus serviços públicos foi também pioneira na visão de planejamento urbano com políticas de proteção ambiental, criando a Secretaria de Meio Ambiente, em 1976, na criação de um Plano Diretor de Arborização Urbana, no ano 2000, e do Atlas Ambiental de Porto Alegre. Antes que o Estatuto das Cidades, de 2001, estabelecesse a obrigatoriedade do Plano Diretor, para municípios com mais de 20 mil habitantes, Porto Alegre criou o seu Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDUA) em 1999. O fez incorporando a dimensão ambiental ao desenvolvimento urbano de forma participativa.

Os últimos governos com sua política de redução da máquina pública a qualquer preço, desmontou as políticas, o corpo técnico e as infraestruturas de proteção ambiental. A pasta que atualmente “cuida” do meio ambiente, tem trabalhando arduamente para entregar parques da cidade ao ramo de entretenimento. Esse é o caso da concessão do Parque Harmonia, extensão da Orla do Guaíba, área que cumpria a função de retenção da inundação, antes de ter sido quase toda impermeabilizada e ter 1/3 das árvores cortadas. Mesmo destino a gestão tem tentado impor a outras duas áreas igualmente situadas às margens do Guaíba, o parque Marinha do Brasil e o Anfiteatro Pôr do Sol. A política de outrora que cuidava da arborização urbana, educação ambiental e política de reciclagem com importante nível de vanguarda no cenário nacional, atualmente reduziu o manejo da arborização às podas e cortes e prática o serviço de coleta de resíduos da pior qualidade e a custos altos.

Para enfrentar esta realidade, nosso programa tem como um dos seus compromissos centrais uma Gestão Ambiental com transversalidade e participação, alinhado ao programa Cidades Sustentáveis que aponta as medidas e indicadores para uma gestão urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural. Realizaremos parcerias com a inteligência científica instalada em nossas cidades para manter banco de dados e formular projetos de vanguarda, além de qualificar processos de licenciamento ambiental e de fiscalização.

Propostas:

- **Programa de Arborização Urbana e Conservação.** Retomar e atualizar as diretrizes do Plano Diretor de Arborização Urbana e repor equipes técnicas qualificadas e equipadas para o manejo e ampliação da arborização urbana, melhorando a qualidade do ar, da estética urbana e qualidade de vida. Retomar o Viveiro Municipal e implantar o Banco de Sementes, vamos ampliar áreas verdes, criando, sempre que possível, corredores verdes. Plantio de árvores frutíferas em áreas adequadas.
- **Política municipal de transição energética.** Devemos reduzir as emissões de CO2 em Porto Alegre. Para isso devemos adotar políticas como a de priorizar a introdução de ônibus elétricos e incentivar o uso dos veículos elétricos. Valorizar a geração própria de energia elétrica, especialmente através dos painéis fotovoltaicos (geração distribuída), incluindo os prédios e equipamentos municipais. Realizar a substituição total da iluminação pública para lâmpadas LED.
- **Criaremos Parques Lineares na Orla do Guaíba e nas microbacias de Porto Alegre** com o objetivo de ter áreas livres de ocupação e orientadas para atividades recreativas e de lazer que possuam capacidade de absorver e amortecer as cheias do Guaíba.
- **Educação Ambiental.** Neste contexto de mudanças climáticas e eventos extremos, passa a ser uma tarefa urgente para todo o conjunto da sociedade, indo muito além do ambiente escolar e envolvendo a população e empresas, sobretudo no que se refere à produção e destinação de resíduos e proteção da fauna, flora e hidrologia urbana. Faremos parcerias para desenvolver campanhas de conscientização com os diferentes públicos.
- **Criação de usinas de compostagem.** Para a geração de energia a partir de resíduos orgânicos por meio de usinas de biogás, envolvendo tanto a iniciativa privada quanto instituições de pesquisa.
- **Ações para controlar e mitigar a poluição do ar, sonora e visual.** Faremos a partir da qualificação da rede de monitoramento da qualidade do ar; promover em parceria com instituições de saúde, estudos epidemiológicos sobre qualidade do ar e poluição atmosférica na cidade. Também reforçaremos a fiscalização e controle de poluição do ar, sonora e visual. A política de arborização terá importante papel, sobretudo na qualidade do ar e visual, além do controle das ilhas de calor na cidade.
- **Programa de Gestão do Guaíba.** Retomar a participação e protagonismo na gestão de bacias, considerando que as necessidades de despoluição e desassoreamento do Guaíba não podem ser realizadas por um único município. O modelo de Projeto que se impõe tem que articular todos os municípios da Região Hidrográfica do Guaíba, envolvendo todos os Comitês de Bacias, seus Plano de Gerenciamento, democraticamente elaborados ao longo de muitos anos de existência. Vamos reativar o Pró-Guaíba e o Guaíba Vive, articulado pelo Programa Integrado Socioambiental – PISA, articulando a Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre – GRANPAL – e todas as demais iniciativas capazes de viabilizar esse amplo programa, tais como captação de recursos federais, internacionais, apoio do Min Meio Ambiente, ONGS e movimentos sociais ambientais, Universidades e Ifs.
- **Estabelecer e ampliar mecanismos e possibilidades de financiamento climático.** Melhorando a gestão tributária e buscando recursos de Fundos nacionais e internacionais.



07. POLÍTICAS PARA CATADORES E RECICLAGEM DE RESÍDUOS

Tem sido notório e amplamente tratado na mídia o caos da coleta de resíduos em Porto Alegre. Acúmulo de lixo em torno dos container e coletores tem sido cena comum nas nossas ruas. Atualmente, nossa cidade gera cerca de 2 mil toneladas de resíduos por dia e apenas 1,52% deste montante é reciclado. A coleta seletiva que já foi modelo para o Brasil foi desmontada, junto com a adoção do modelo de destinação dos resíduos para aterro sanitário, há 120 km de distância de Porto Alegre. Modelo que, além de muito caro, está na contramão da Política Nacional de Resíduos e das urgentes medidas de sustentabilidade ambiental que nosso tempo exige.

Além dos danos ambientais, na drenagem urbana e sanitários para população, o modelo de gestão de resíduos tem gerado exclusão social, uma vez que as catadoras e os catadores organizados em cooperativa e informais vêm seu “ganha pão” cada vez mais inviabilizado pela prefeitura. Os catadores informais estão prestes a serem proibidos de coletar pelo centro da cidade, sem que tenha sido oferecido outra alternativa de trabalho e renda. AS 17 Unidades de Triagem com convênio com a prefeitura, vêm recebendo apoio muito aquém do custo de manutenção dos seus galpões e não têm suporte para reformas básicas da estrutura e equipamentos de trabalho, além de terem sua renda reduzida a menos de meio salário mínimo mensal pelo pouco material que recebem para reciclar.

É urgente retomar um amplo processo de educação ambiental com campanhas em escolas e canais de comunicação, além de ações porta a porta, tendo as catadoras e os catadores como importantes agentes deste processo, para ampliar a coleta seletiva. Esse é o nosso compromisso, adotar um sistema de coleta seletiva em toda a cidade, potencializando as unidades de triagem, remunerando adequadamente as catadoras e catadores, além de criar usinas de compostagem e de biogás, cuidando de nossa cidade como nossa casa comum. Para isso, propomos as seguintes medidas.

Propostas:

- **Gestão de Resíduos Sólidos.** Resgatar e qualificar a política de gestão de resíduos que já foi referência de qualidade. Vamos transformar a precária política de coleta de resíduos da cidade, dando um saldo para a ampliação da coleta seletiva, reciclagem e compostagem de resíduos, com a participação ativa da sociedade civil organizada, em especial, das catadoras e catadores organizados nas Unidades de Triagem.
- **Qualificar a coleta seletiva solidária pelas Unidades de Triagem.** Apoiada numa ampla política de educação ambiental, com novo modelo de coletores de resíduos separados nas ruas e coleta adequada. Além disso, vamos criar um programa de apoio para melhorias nas Unidades de Triagem e equipamentos, com fornecimento de EPIS e remuneração das catadoras das UT e catadores e apoio à quem ainda atue na catação informal, com capacitação e integração ao sistema de reciclagem das UTs. Criaremos usinas de reciclagem de resíduos de construção civil e de biodigestores. Ainda, iremos supervisionar e exigir a implantação da logística reversa do gerador, conforme a PNRS, lei federal 12305/2010.



08. LIMPEZA URBANA

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) há muito vem sendo sucateado, sem as mínimas condições de realizar os serviços que o município necessita. O seu quadro de trabalhadores passou de 2000 (final da AP) para 400 funcionários, grande parte em via de aposentadoria, restando poucos técnicos e capacidade gerencial. Houve redução do plano de carreira gerando desmotivação funcional, além da falta de equipamentos, extinção completa de serviços e fiscalização precária.

A coleta regular é muito precária em todos os aspectos. Com uma coleta domiciliar ruim e irregular, sem uma programação adequada; ainda peca por um desestímulo à separação do lixo. Além disso, o não cumprimento do Código Municipal de Limpeza Urbana, criado em 1990 e revisado em 2014, do Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS-POA, 2013) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dão conta do cenário que encontramos e da necessária mudança, para termos uma limpeza urbana que atenda as necessidades da população.

Propostas:

- **Reestruturar o DMLU.** Como autarquia com autonomia administrativa teremos um DMLU bem organizado para atender bem a população. Políticas de recuperação do conjunto de sua estrutura técnica, de pessoal e equipamentos.
- **Revisar e melhorar todo o Sistema de Coleta.** Frente o fracasso do atual modelo, ele precisa ser revisto, vamos implementar novo sistema com 2 contêineres por ponto de coleta, um para Resíduos Orgânicos, outro para Coleta Seletiva.
- **Melhora a Fiscalização do DMLU.** Fiscalizar mais para ter uma cidade limpa, mais segura e com mais saúde.
- **Retomada da Coleta Domiciliar em áreas de Dificil Acesso,** utilizando equipamentos e caminhões menores.
- **Programa de Política de Logística Reversa para Resíduos Urbanos.** A proposta visa implementar um sistema eficiente de logística reversa para resíduos urbanos, promovendo a reciclagem e a redução de resíduos destinados a aterros. Além disso, busca conscientizar a população e incentivar parcerias com empresas e cooperativas para criar uma economia circular e sustentável.



09. MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO

A política de mobilidade de Porto Alegre retrocedeu drasticamente nos últimos anos, conflitando com as experiências exitosas dos governos populares durante os anos de 1989 a 2004, exemplo para toda a América Latina. Este retrocesso foi causado por uma gestão focada na acumulação de riqueza privada e não nos direitos da população. A dependência do transporte individual aumentou a frota de veículos privados, congestionando as vias públicas e aumentando a emissão de gases de efeito estufa.

O sistema de transporte público foi sucateado, com ônibus e lotações envelhecidos causando acidentes frequentes, quebras e incêndios constantes dos veículos, reduzindo a confiança da população. Alterações por via de lei e de decreto permitiram o uso de veículos mais velhos, e o governo chegou a protocolar PL recentemente para abolir o limite de idade dos veículos. Nossa tarifa de transporte está entre mais caras das capitais do Brasil. Esse aumento de custos, somados às inúmeras retiradas de direitos orquestrada pelas duas últimas gestões como, o fim das integrações gratuitas urbanas e metropolitanas, retirada das isenções para estudantes, aumento da idade mínima para idosos, além do fim do passe-livre nos domingos representa um desincentivo à utilização destes serviços, criando um círculo vicioso de menos usuários, aumento da passagem e queda da qualidade. Um ciclo nocivo à população.

Para compensar as consequentes perdas de arrecadação foram necessários sucessivos aportes de financiamento público, do tesouro livre do município. Só em 2023 foram cerca de 110 milhões de reais que foram direto aos cofres das empresas sem qualquer transparência, somase a isso o perdão estrondoso das dívidas milionárias das empresas vinculadas à Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP), que resultaram numa perda de 60 milhões de reais aos cofres públicos.

Entendemos os subsídios estatais como aportes importantes a um serviço essencial à sociedade e ao desenvolvimento econômico. Não há transporte público de qualidade em qualquer lugar do mundo sem subsídios públicos, no entanto, todo e qualquer investimento estatal deve ter controle público e garantir benefícios à população. Falta transparência na gestão

dos recursos. Apesar de as empresas terem a concessão dos serviços condicionados a atribuições contratuais de melhora da qualidade, como ar condicionado nos ônibus ou a obrigatoriedade de 10% da arrecadação em renovação da frota, tais medidas não são adotadas.

A última gestão retirou cobradores e privatizou a Carris, a mais antiga empresa de transporte coletivo do país em atividade, vendida por apenas R\$109 milhões. Responsável por 25,3% dos usuários de ônibus da cidade, possui uma importância crucial ao se pensar o transporte público da cidade. A privatização foi uma decisão equivocada, amparada muito mais em razões político-ideológicas do que na melhoria dos serviços públicos.

Um transporte público fortalecido, de qualidade e acessível à população pode ter um impacto sem precedentes na diminuição de gases de efeito estufa, na proteção do meio ambiente, na melhora da qualidade e das condições de vida e no desenvolvimento econômico da cidade.

Rumo a uma Tarifa Zero nos ônibus de Porto Alegre.

Vamos implementar, de forma gradual, a Tarifa Zero no Transporte Urbano de Porto Alegre. Assim, teremos mais mobilidade, menor trânsito e uma cidade mais conectada! Oferecer um serviço gratuito e de qualidade, além dos impactos econômicos e ambientais traz também benefícios sociais. O alto custo da passagem no orçamento familiar tem deixado milhares de jovens e crianças fora da escola, e impacta diretamente na renda familiar. Com mais gente optando pelo transporte público, teremos a retomada das pessoas nas calçadas valorizando o comércio de rua e fazendo girar a economia e vamos reduzir brutalmente os congestionamentos, com uma maior fluidez do tráfego e redução do tempo de deslocamento, a cidade volta a fluir fica mais viva e pujante. Portanto, não apenas os usuários de ônibus serão beneficiados, mas também os motoristas de aplicativo, taxistas e demais usuários de veículos individuais.

Estruturar e instituir diferentes fontes de financiamento para viabilização do Tarifa Zero, a partir da reorganização financeira dos subsídios, da luta e articulação das bancadas desta unidade, a nível nacional, para a aprovação da PEC 25/2023 (SUM-Sistema Único de Mobilidade) que traz a previsão de subsídios federais. Além disso, retomar o controle da bilhetagem e propor alterações na forma de contribuição econômica dos empregadores ao sistema de transporte público. A instituição de uma Taxa de Mobilidade Urbana, alternativa ao Vale Transporte (VT), como forma prioritária de financiamento. Uma taxa de serviço divisível, estabelecida através do uso potencial e não do uso efetivo. Com um valor menor que o VT, deverá abarcar a totalidade dos trabalhadores empregados, com faixas de descontos para as pequenas empresas.

A combinação de diferentes instrumentos de arrecadação e reorganização dos subsídios, poderá viabilizar a tarifa zero garantindo a melhora da qualidade do transporte, prevendo o aumento da demanda, a necessidade de renovação da frota evitando os sucessivos incêndios e atrasos, além de financiar a implementação de novos, mais modernos e eficientes modais e a conexão com os existentes.

Propostas:

- **Passage livre estudantil.** Implementar no primeiro ano de governo o passe livre nos ônibus de Porto Alegre para os estudantes, democratizando a mobilidade e combatendo a evasão escolar.
- **Passage livre para as populações indígenas de Porto Alegre.** Garantiremos a isenção da tarifa de ônibus para indígenas de nossa cidade.
- Renovação da frota, visando à acessibilidade universal e a **transição energética**, apostando em novos combustíveis e fontes de energia para zerar as emissões de CO2, criando infraestrutura adequada.
- Revisão e adequação dos atuais **contratos de concessão dos serviços** com vistas à implementação do programa Tarifa Zero, incorporando a necessidade de atualizações tecnológicas regulares, atender às exigências ambientais e aprimorar o sistema ao longo do período, com fiscalização e aplicação efetiva.
- **Criação do Cartão Mobilidade.** Gerido pelo poder público, através dele se faria a centralização e integração completa dos sistemas de mobilidade, sejam de transporte coletivo, seletivo, táxi, Área Azul, aluguel de bicicletas, patinetes, convênios (entre outros).
- **Gestão.** Instituir um sistema integrado de gestão de trânsito e transporte, com o fortalecimento e integração da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU) e da EPTC, tomando medidas como a realização de concursos públicos e requalificar as estruturas de planejamento e gerenciamento da mobilidade urbana, garantindo a capacitação técnica de gestores e operadores.
- **Diminuição do tempo de espera nas paradas.** Através do controle público sobre o sistema de monitoramento georreferenciado das linhas, que hoje é feito pela ATP, para aferição e gerenciamento do cumprimento dos horários. Além da adequação das estruturas das paradas e terminais, para torná-las mais eficientes aos efeitos das mudanças climáticas e integrando-as com as redes de transporte ativo.
- **Fortalecimento da estrutura da Trensurb em Porto Alegre.** Promovendo maior integração com os modais de mobilidade da cidade e apoiando a ampliação da linha da Trensurb nas Zonas Norte e Nordeste com a região metropolitana.
- **Planejamento e investimento na qualificação do transporte coletivo de grande capacidade.** Diversificando nossos modais com a implantação de **BRTs (Bus Rapid Transit)** nas Zonas Leste e Sudeste e a implantação de **VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)** na Área Central e nas Zonas Sul e Centro Sul. Buscando financiamento para os projetos junto ao BNDES e agências de fomento internacionais.

- **Efetivo controle social.** Com participação e transparência em toda a estrutura e gestão da mobilidade, como nos fundos, nos subsídios, cálculos tarifários, entre outros, com o poder público assumindo a gestão da bilhetagem através da EPTC, que hoje está sob gestão ATP. Fortalecimento do Conselho de Mobilidade Urbana (COMMU), retomando o seu papel deliberativo, regulador tarifário e dos custos do sistema, bem como transparência e envolvimento da população no planejamento, desenvolvimento e monitoramento dos sistemas de transportes.
- Vamos analisar detidamente o processo de privatização da **Carris**, tendo como propósito a defesa do interesse público e do direito à cidade. Além de um estudo sobre o papel histórico da Carris, com a preservação ativa de sua memória e legado.
- **Revisão do Plano Diretor Cicloviário.** Implantação de políticas para aumentar e conectar a rede de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, em conjunto com movimentos cicloativistas. Promover a integração do sistema com as paradas do transporte coletivo e os demais modais. Em 15 anos, dos 495 quilômetros de ciclovias, ciclofaixas e espaços compartilhados previstos no Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI), somente 18% (89 km) foram implantados, sem interligar os trechos existentes.
- Criação e incentivo de espaços para **bicicletários e paraciclos** em prédios públicos e privados, terminais de transporte e áreas de grande circulação, principalmente nas proximidades das ciclovias. Incentivos para a implantação de bicicletas e paraciclos nas periferias.
- **Retomada da implementação do transporte hidroviário na cidade**, a partir dos estudos já existentes, articulado com os outros modais coletivos e entes da Região Metropolitana, reforçando o caráter público das águas e utilizando os cursos d'águas urbanas como vias para transporte de cargas e passageiros, além de uso turístico e lazer.
- Realização de estudos para uma modelagem mais sustentável do **sistema de lotação**, inclusive avaliando a desvinculação das tarifas desse serviço seletivo em relação ao transporte coletivo.
- **Criação de um aplicativo municipal.** Melhorando as condições de trabalho dos motoristas de táxi e aplicativo, possibilitando a busca do serviço e avaliação pelo usuário. Incentivar a estruturação de espaços coletivos de apoio nas diversas regiões da cidade com pontos de recarga elétrica para motoristas, além da criação junto às instituições de Segurança Pública, de uma ouvidoria para crimes contra motoristas de transporte individual por aplicativo.



10. A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A administração municipal, por escopo, deve pensar a segurança pública, promovendo o conhecimento realizado a partir da pesquisa, dos projetos-piloto, experimentações e inovações institucionais, aproveitando o potencial de uma rede de recursos humanos que combina conhecimento integrado tanto das academias de polícia, quanto dos grupos de pesquisa, das forças de segurança, aos profissionais da pesquisa acadêmica. Nós entendemos a integração entre as forças de segurança Municipal e Estaduais para uma atuação assertiva, tanto do aparato policial, mas sobretudo, da inteligência deste aparato para o enfraquecimento das organizações criminosas.

Nossa candidatura compreende a Política de Segurança para a cidade de Porto Alegre como aquela dedicada a ações de prevenção, com base no investimento em treinamento, inteligência, antecipação aos fatos, trabalho científico, tecnologia e um conjunto de ações sociais. Nesta direção, realizaremos um amplo projeto de inclusão social, no qual o objetivo será disputar cada criança e cada adolescente em situação de vulnerabilidade social, de modo que o futuro destes cidadãos possa encontrar uma escola digna, um transporte acessível e o direito de usufruto da cidade, possível.

Considerando o capítulo da cidade no tema em questão, é importante lembrar que Porto Alegre foi uma cidade precursora das políticas de segurança cidadã, reflexo de uma grande inovação institucional na virada do século XX. Nós entendemos que as inovações em termos de políticas públicas em segurança, devem promover a ação integrada a outras secretarias por onde são prestados serviços e acesso a direitos, como saúde, educação, transporte, cultura, esporte, dentre outras.

Propostas:

- Recuperar o Gabinete de Gestão Integrado Municipal (GGIM), sob liderança da Prefeitura.
- Explorar o papel a liderança da chefia do Executivo Municipal, para elaboração de um projeto ousado da juventude Porto Alegrense vulnerável ao assédio de organizações criminosas.
- Projeto de formação continuada e desenvolvimento de competências para a GM atuar em eventos climáticos.
- Abertura de concurso para recomposição do efetivo da Guarda.
- Projeto de política de busca ativa nas escolas municipais e estaduais, tomando por base informações sobre evasão escolar.
- Criação do observatório de segurança ou estrutura análoga, com participação de pesquisadores e trabalhadoras/res da Segurança Pública.
- Definição de política de integração permanente entre a secretaria de segurança do município com as demais secretarias, em especial as secretarias da saúde e educação, cujos serviços são mais distribuídos pelas regiões da cidade.
- Realizar um mapeamento sobre uso eficiente de informações e artefatos tecnológicos em apoio à política de segurança pública na cidade. Entendemos que o “uso” deve estar acompanhado da ideia de aperfeiçoamento constante das ferramentas eletrônicas e tecnológicas, como por exemplo OCR, que possibilitam a leitura de placas de veículos que podem estar em furtos ou roubo.
- Implementar o projeto território da paz, com shows, praça segura, oficinas de pinturas, capoeira etc.
- Acompanhamento dos efeitos da política de uso das câmeras corporais.
- Constituir um plano municipal de segurança pública cidadã, em conjunto com a sociedade.
- Promover uma ação combinada entre Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil para construção do Projeto Celular Seguro na região central da cidade, com objetivo de coibir roubos e venda de produtos roubados.



11. COMPROMISSOS COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL



A assistência social é um direito fundamental, instituído com caráter de tripé da seguridade social do Brasil, conforme Art. 194 da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). É organizada enquanto Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com serviços de proteção social básica e especial, de média e alta complexidade tipificados pelas Política Nacional da Assistência Social (PNAS). Porto Alegre possui gestão plena desta política e, para isso, conta com um Fundo de Assistência Social que recebe repassas de recursos mensais por parte do Governo Federal.

Assim como as demais políticas públicas, a Assistência Social em nossa cidade vem sendo precarizada. A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), tem sido enfraquecida em seu papel de gestão e execução da política. Sem a reposição do corpo técnico, a prefeitura tem pulverizado a execução dos serviços via contratações. É importante destacar que a parceria com entidades da sociedade civil vocacionadas para o atendimento social é algo histórico e reconhecido com caráter de rede sócio assistencial. Diferente desta relação de complementaridade, são os contratos de empresas que mediam formas de contratação precarizadas e rotativas de profissionais, o que prejudica a o acompanhamento dos casos e a vinculação à rede de proteção social público e comunitária dos territórios.

O poder público precisa exercer seu papel na execução da política pública de proteção e assistência social, assumindo suas responsabilidades na gestão do SUAS, revigorando a FASC, com corpo técnico próprio e qualificando as ações com a sociedade civil. Com as enchentes, a necessidade da assistência social tornou-se ainda mais importante e urgente no atendimento às famílias atingidas.

Propostas:

- **Rede de proteção social nos territórios** – Será prioridade a reestruturação da Rede de 23 Centros de Referência em Assistência Social - CRAS - nos territórios, com equipe técnica permanente e qualificada, para o acolhimento, acompanhamento e atendimentos necessários para proteção social e prevenção às violências e vulnerabilidades de crianças,

adolescentes, pessoas adultas e idosas. Fortalecido, o CRAS terá papel central na organização da rede sócio assistencial de cada território, animando ações transversais para a proteção social da população, especialmente da população idosa, PCDs, LGBTQI+, mulheres, negros e negras e indígenas.

- **Vamos reestruturar os 9 CREAS**, com equipes qualificadas para prestar serviços de apoio psicossocial e jurídico a famílias em situação de risco, com prioridade para crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Faremos parcerias com SINE e empresas para criar oportunidades de primeiro emprego e formação profissional para esses adolescentes.
- **Instituições por direitos** – Iremos fortalecer a relação institucional com o poder judiciário para a proteção das crianças e adolescentes em situação de risco, promovendo uma integração mais eficaz e uma abordagem conjunta nos casos dos adolescentes.
- **Acolhimento Humanizado** – Qualificar e ampliar a oferta de atendimentos na proteção especial de alta complexidade para o acolhimento de crianças e adolescentes com Abrigos, Casa-lar e República. Ampliaremos casas de acolhimento a mulheres e crianças em situação de risco e vulnerabilidade. Para construir condições de autonomia para adolescentes e jovens, vamos ampliar a oferta de qualificação profissional e orientação para a inserção no mundo do trabalho, quando convier e em condições de trabalho digno.
- **Dignidades das pessoas em situação de rua**. Vamos ampliar e qualificar o atendimento às pessoas em situação de rua, que hoje chegam a 15 mil em nossa cidade. A tragédia da pousada Garoa foi resultado de negligência e desqualificação no atendimento a essa população. Aumentaremos os Centros de Referência para as Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), oferecendo abrigo digno e seguro com acompanhamento profissional, além de Casas de Passagem. Outras políticas, coordenadas pela FASC, irão cooperar em áreas como educação, capacitação para o trabalho, moradia e saúde. Instalaremos o Comitê Intersetorial de Acompanhamento das Políticas da População em Situação de Rua – CIAMP e fortaleceremos a Semana do Povo da Rua.
- **Cidade de oportunidades** – criaremos programas de oferta de cursos de inserção produtiva, estímulo ao empreendedorismo e Economia Popular e Solidária – EPS, com especial atenção às mulheres negras chefes de família das comunidades
- **Uma cidade boa para viver** - com a oferta de oportunidades de esporte, lazer e cultura nas comunidades, para os diferentes ciclos de vida, especialmente para a prática de atividades lúdicas e saudáveis orientadas a adolescentes, mulheres e pessoas idosas para, com isso, fortalecer vínculos comunitários e a saúde física e mental destes grupos sociais.
- **Participação e Controle Social** - estimulando a participação das pessoas usuárias com a criação de Conselhos Populares Locais de Assistência Social nos territórios de CRAS, assim como estimular a participação nas conferências, respeitando as diretrizes destas e as deliberações e resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.



12.

MORADIA DIGNA É QUALIDADE DE VIDA

Depois das enchentes, a Habitação Popular é um dos grandes desafios da cidade. Mas o problema não se inicia hoje. Dados da Fundação João Pinheiro em 2021 dão conta de que o Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias na Região Metropolitana de Porto Alegre gira em torno de mais de 90.000 unidades. Agravando essa situação, a enchente afetou 30% do território da cidade, impactando 160.210 pessoas e quase 94 mil domicílios. As áreas mais carentes sofreram grandes perdas, com cerca de 9 mil domicílios totalmente destruídos. A resposta emergencial necessária à reconstrução da cidade é dificultada pelo desmonte do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) e pela falta de gestão e planejamento urbano adequado, resultando em uma situação desoladora no que diz respeito ao direito à moradia e à proteção da cidade.

Nestes últimos quatro anos a prefeitura não teve nenhuma unidade habitacional construída na cidade, muito prejudicada pela completa redução de investimento no setor pelo governo Bolsonaro. Com corpo técnico reduzido, desvalorização do serviço público e desmonte do departamento, criou e estruturou programas de melhorias e recuperação fiscal que pouco ou nada tiveram de resultado efetivo. A reativação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no novo governo Lula, teve resposta da prefeitura com a abertura de novo cadastro, que resultou em 32.000 famílias inscritas. Em se considerando a baixa divulgação do cadastro, considera-se o número muito inferior ao déficit, refletindo falhas políticas e insuficiência de dados para a elaboração de políticas públicas.

A atual gestão municipal, além dos problemas de gestão e falta de planejamento, também merece ser criticada pela influência desproporcional do setor empresarial no processo de urbanização, favorecendo interesses corporativos e agravando a desigualdade social. Projetos como a duplicação da Av. Tronco e PISA resultaram na remoção de milhares de famílias, sem garantir reassentamento adequado, assim como as Vilas Dique e Nazaré, grandes processos de remoções forçadas foram a marca dos últimos governos. Enquanto isso os dados do último Censo alertam para 101.000 UH vazias em Porto Alegre, o que denuncia que a produção habitacional na cidade não acontece para quem precisa e por outro lado desnuda que há mais casas sem gente do que gente sem casa na cidade.

A flexibilização dos processos de regularização fundiária não beneficiou as áreas mais necessitadas, atendendo unicamente as áreas com maior acesso à infraestrutura. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), desatualizado desde 2010, e a desvalorização do serviço público têm dificultado a resposta eficiente às crises habitacionais e de infraestrutura. As enchentes de 2024 evidenciaram a omissão do governo em áreas de risco, como os diques e as comunidades das ilhas, que carecem de manutenção e proteção adequadas.

O governo federal aportou apoio financeiro para reconstruir moradias destruídas pelas enchentes, mas a execução dessas medidas depende de uma gestão municipal ágil e bem articulada. É crucial que o DEMHAB volte a funcionar em sua plenitude e estabeleça parcerias com universidades, assessorias técnicas e a Defesa Civil para atender às demandas emergenciais. A administração local precisa priorizar o conhecimento local e participação das comunidades afetadas para garantir soluções efetivas e inclusivas, combatendo as desigualdades sociais e espaciais exacerbadas pela crise climática e as políticas neoliberais.

Propostas:

- **Revisar e fortalecer o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social.** Promover a revisão urgente do Plano Local de Habitação de Interesse Social, de forma participativa e descentralizada. Restabelecer finalidades e fortalecer institucionalmente o DEMHAB. No COMATHAB fortalecer e estruturar o conselho, revisar regimento, atualizar objetivos, ampliar a participação social.
- **Prefeitura pé no bairro! A Periferia é o Centro.** As periferias estão abandonadas. A periferia da cidade, no entanto, não deve ser vista apenas como território de dificuldades, mas como uma comunidade que constrói sua cultura e sua identidade. A periferia terá centralidade nas ações da prefeitura, vamos impulsionar e respeitar a auto-organização popular. Aproximar os serviços públicos das comunidades e apostar no fortalecimento da economia dos bairros.
- **Realizar Inventário dos imóveis de propriedade do Município.** Identificar e avaliar os imóveis ociosos ou cedidos à iniciativa privada e converter para equipamentos comunitários e demandas habitacionais. Requisição dos mesmos aos entes federados para destinação à moradia popular, quando não municipais, priorizando os imóveis localizados em áreas centrais e dotadas de infraestrutura urbana. Fomentar a execução dos retrofits nas áreas centrais.
- **Combater o déficit habitacional.** Realizar força tarefa com secretarias para mapear e diagnosticar as centenas de ocupações urbanas da cidade de Porto Alegre. Criação de uma Câmara de Mediação de Conflitos Urbanos entendendo que a prefeitura deverá ser ativa na mediação dos conflitos fundiários atuando na construção de soluções para a regularização, evitando despejos e remoções.
- **Instituição de Imóveis Especiais de Interesse Social (IEIS).** Instituição de instrumento urbanístico aplicável à unidade de lote com edificação construída, dando possibilidade, quando for o caso, de flexibilizar os parâmetros construtivos visando à reconversão de imóveis abandonados para uso de interesse social. Incluindo edifícios.
- **Programa de incentivo à autogestão na produção social da moradia.** Oferecer qualificação técnica para as Cooperativas Habitacionais, viabilizar a cedência de áreas municipais para

as entidades desenvolverem projetos e recursos para assistência técnica e infraestrutura, além de promoção de editais de formação e fomento.

- **Escritório da moradia popular interdisciplinar.** Assessoria técnica gratuita às famílias de baixa renda como parte integrante do direito social à moradia adequada, em parceria com entidades e universidades. Assegurar a efetivação da Lei de ATHIS para projetos de reforma, ampliação ou construção, promovendo ações, em conjunto com as equipes de saúde da família (SUS), entendendo que a moradia faz parte da proteção à saúde e a prevenção de doenças; implantar e fortalecer o Programa Morar Melhor e o Programa Nenhuma Casa sem Banheiro.
- **Programa de regularização fundiária com urbanização.** Regularizar o REURB incluindo e fortalecendo o papel das AEIS dentro do levantamento das demandas e da execução da demanda prioritária, não só baseados no título de propriedade, mas na melhora da qualidade de vida urbana, com acesso aos serviços públicos. Apoiar a organização das comunidades com editais específicos.
- **Priorizar a regularização cartorial de terrenos e propriedades do município** passíveis de produção habitacional para captação de recursos e produção habitacional via PMCMV FAR e FGTS (em parceria com entidades organizadoras). Para além dos 9 empreendimentos aprovados pela prefeitura junto ao PMCMV FAR
- **Compra compartilhada de imóveis com subsídio.** A política deverá ser implementada em parceria com o governo federal para todas as faixas de renda, prioritariamente para atingidos por eventos climáticos. A prefeitura deverá ter agilidade no cadastramento da demanda e identificação de oferta de imóveis.
- **Moradia pública popular para aluguel.** A oferta de moradias públicas para aluguel com valor compatível a no máximo 30% da renda familiar contribuirá para a redução do déficit habitacional e para o equilíbrio dos preços de aluguel praticados pelo mercado. A Prefeitura possui mais de mil imóveis próprios, dentre eles, metade são unidades residenciais.
- **Regularizar e implantar o Estatuto da Cidade** e instrumentos urbanísticos que ainda não estejam regulamentados, em especial os ligados à função social da propriedade.
- **Parque público de habitações temporárias e emergenciais** - incluir na produção habitacional na cidade de Porto Alegre a construção de moradias que permanecerão públicas sob controle e acompanhamento do departamento para abrigar famílias em situação de risco e refugiados climáticos, mulheres em situação de violência e reinserção social e idosos.
- **Realizar concursos públicos de projetos** para produção habitacional envolvendo equipes multidisciplinares e priorizando a qualidade habitacional.



13.

FINANÇAS PÚBLICAS: RESPONSABILIDADE COM A RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA

Porto Alegre entrou em um círculo vicioso negativo nas últimas gestões. A economia da nossa cidade está em decadência e o investimento é irrisório, principalmente nas áreas habitadas pela população de baixa renda. A ineficiência passou a ser a norma, dentro de um projeto focado em aumentar a incapacidade dos órgãos públicos para em seguida privatizar e terceirizar. O mais trágico exemplo é a gravidade dos efeitos da enchente, que foram muito maiores devido a opção pelo sucateamento proposital do DMAE que tinha o único motivo de garantir sua privatização.

É preciso se contrapor a essa realidade com um choque de investimentos, melhoria drástica dos serviços municipais como transporte público, limpeza urbana, abastecimento de água e esgoto e drenagem urbana, vias públicas, iluminação pública, parques e meio ambiente. Mais recursos na área social, em especial em educação, saúde, assistência social e cultura.

Mesmo com a incompetência do atual Prefeito, a situação financeira da cidade é confortável. A alta disponibilidade de caixa demonstra que a atual gestão é incompetente inclusive para aplicar os recursos que dispõe. O resultado foi a redução dos investimentos sociais e da capacidade do poder público municipal de atender os serviços essenciais da cidade, como os alagamentos que poderiam ser evitados.

A economia de Porto Alegre caiu na participação do PIB do RS, foi de 17,04%, em 2004, e caiu para 14,03%, em 2021. O índice de participação no ICMS de Porto Alegre foi de 11,8%, em 2004, e caiu para 6,0%, em 2024. A reversão dessa realidade é uma das principais consequências e ao mesmo tempo fonte de recursos do choque de investimentos que faremos. Porto Alegre precisa crescer e com a melhoria da economia teremos uma arrecadação bem melhor.

A própria estrutura tributária pode e deve auxiliar no crescimento.

Outra fonte essencial de recursos vem da melhoria de alocação de recursos provocada pelo fim das terceirizações e privatizações com a revisão das distorções cometidas. O transporte coletivo será uma das primeiras áreas de serviços públicos que deve ter suas contas financeiras auditadas, setor em que a Prefeitura investiu 126 milhões de Reais somente em 2023 e tem como contrapartida um péssimo serviço e uma tarifa cara.

A privatização, ou melhor, a praticamente doação da CARRIS para o setor privado foi uma ação negativa e predatória para a cidade, dentro do processo de tornar o transporte coletivo uma fonte de lucro privado sem a necessária regulação pública. A entrega do setor ao lucro trouxe enormes prejuízos à cidade. Rever essa opção significa conseguir, com os mesmos recursos e provavelmente até com menos, um resultado muito melhor para o usuário. Isso vale para outras áreas, como é o caso da terceirização da saúde que significou apenas aumento de gasto com eficiência menor. Aumentou o custo e o serviço piorou.

Outra fonte para as despesas será a captação de recursos externos. O endividamento de Porto Alegre é ínfimo, de 19,7% da arrecadação anual, o que demonstra espaço para novos investimentos através de operações de crédito, desde que tenha projetos e capacidade técnica para execução.

O fato de o Governo Federal ser dirigido pelo Presidente Lula é um enorme trunfo para Porto Alegre. A cidade pode firmar convênios com os diversos ministérios para obtenção de recursos federais com um governo que é sensível com as necessidades da população.

Vamos constituir um conjunto de projetos de investimentos, tanto a fundo perdido como para financiamentos, viabilizando um choque de investimentos, principalmente nas áreas mais necessitadas. Tudo com muita participação popular.



14. PROGRAMA RECONSTRUÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO



Quando falamos em um programa para reconstruir e democratizar a educação, ele busca responder a questões urgentes de nossa cidade. Reconstrução em uma dupla dimensão: dos efeitos da enchente e dos estragos da má gestão. A democratização da educação é para assegurar que todos e todas tenham seu direito à educação garantidos, mas também em um compromisso para democratizar a gestão, além de qualificar o ensino, garante mais transparência no uso dos recursos públicos.

A forma como a educação foi conduzida pela atual gestão foi trágica. A gestão de recursos financeiros é marcada pelo mau uso, com desvios de recursos, compras e investimentos irregulares, além de omissão e renúncia de receitas. Desde 2017, houve denúncias de desvio de verbas em reformas das escolas, o que decorreu no sucateamento dos prédios escolares e prejuízo estimado em mais de um milhão e meio de reais. Sem aplicar o valor mínimo constitucional em educação, o escândalo de corrupção na Secretaria Municipal de Educação (SMED), onde investigações em relação a compras que alcançam um montante de 100 milhões em 2022, levou à prisão e afastou das funções vários agentes políticos, dentre eles, a secretária de educação e o presidente do MDB de Porto Alegre. A revelação de beneficiados pelo esquema andando de carros luxuosos, como Ferrari, escandalizou as pessoas honestas da cidade, mas não parece ter causado grande preocupação ao prefeito.

O programa Escola bem cuidada prevê concessão de vinte anos, ao custo de quase 4,5 bilhões, para uma única empresa realizar a construção e manutenção dos prédios escolares e outros serviços. Não há transparência nem participação ou controle sobre essas parcerias, que precarizam e desqualificam a educação.

O prefeito não utilizou a totalidade dos recursos do Salário Educação, finalizando 2023 com R\$51.433.529,35 parados na conta. É grave a falta de manutenção nos prédios escolares e equipamentos, com escolas com rede elétrica condenada, temperaturas insalubres no inverno e verão, sem condições de instalação de ventiladores e ar-condicionado, paredes rachadas, caixas d'água sem funcionamento, goteiras e infiltrações, entre outros problemas.

As 42 escolas de educação infantil não conseguem cumprir a jornada de tempo integral de 12 horas, por falta de recursos humanos, atendendo parcialmente ou com turmas fechadas. A ampliação de matrículas na EI foi realizada quase que exclusivamente por parcerias público-privadas, com a construção de duas escolas novas das previstas pelo programa Pró-infância; as outras não foram concluídas, por inércia dos governos. Instituíram também a compra de vagas

em escolas privadas. O atendimento em creche (0 a 3 anos) alcança 39% da população na faixa etária. E na idade obrigatória (pré-escola, 4 a 5 anos), apenas 85% têm matrícula. A oferta majoritariamente pelo setor privado resulta em desigualdade no acesso à educação infantil. A EMEI Unidos da Paineira foi fechada por Marchezan e entregue à iniciativa privada pelo governo Melo.

Após o término das Administrações Populares, os governos de concepção neoliberal e privatista implementaram o desmonte dos mecanismos democráticos de construção das políticas públicas e da valorização dos/as servidores/as públicos/as. Foi instituído o contrato emergencial para suprimento das vagas de professores. O prefeito anterior congelou e parcelou salários por toda a gestão; em 2013, o salário básico do magistério municipal era 39,6% acima do piso nacional; em decorrência do congelamento de salários, em 2024, está 25,6% abaixo deste referencial.

Em poucos anos, a população de POA foi atingida por duas calamidades: em 2020, a pandemia Covid-19, que provocou, além das mortes e perdas materiais e imateriais, um processo de desescolarização de crianças e estudantes, com as escolas quase sem apoio dos governos, que sequer investiram os recursos obrigatórios. E em 2024, a enchente, decorrente da falta de investimentos na infraestrutura da cidade, destruiu 14 escolas municipais (nove da educação infantil e cinco de ensino fundamental e médio). A reconstrução dessas escolas enfrenta a morosidade e muitos obstáculos colocados pelo governo municipal.

Além de uma célere recuperação das estruturas físicas escolares atingidas pela enchente, precisamos reconstruir a educação municipal em sua qualidade, identidade e acesso à vaga em seus níveis e modalidades, através da construção coletiva com professores, mães e pais, estudantes e funcionários, valorizando seus profissionais, fazendo inclusão escolar com qualidade e garantindo a universalização da educação infantil.

Propostas:

- **Pelo direito à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade.** Afirmar os princípios da educação popular na gestão da SMED, no âmbito do planejamento, execução e avaliação das políticas educacionais, com acesso para todas as pessoas, em todas as fases da vida, da educação infantil à EJA.
- **Acabar com o deficit de vagas na educação infantil.** Através da ampliação de vagas próprias, em instituições conveniadas ou privadas.
- Compromisso para cumprir, paulatinamente, o gasto de 25% com Educação, como determinado pela Constituição.
- **Investir na construção, reforma, qualificação e ampliação de prédios escolares públicos.** Para garantir a qualidade da oferta atual e para aumentar o número de vagas públicas e de matrículas na rede própria, em especial na educação infantil.
- **Gestão democrática dos recursos públicos.** Cujos critérios de aplicação e execução devem estar submetidos às demandas definidas pelas comunidades escolares.
- **Redemocratização da gestão da educação.** Além de uma SMED comprometida com gestão democrática, o Conselho Municipal de Educação precisa ser revitalizado, restabelecer os fóruns de deliberação coletiva das políticas educacionais (congressos, conferências, seminários) inclusive do Plano Municipal de Educação (PME) e de controle social (Fórum Municipal de Educação, Fórum dos Conselhos Escolares, Conselhos Municipais, Conselhos Escolares), assegurando a representatividade da sociedade civil, através da revisão das leis e estabelecimento de práticas de participação democráticas.

- **Garantir o financiamento da educação.** Buscar uma ampliação significativa do investimento da receita líquida de impostos, bem como estabelecer estratégias de captação de recursos financeiros, adesão a programas federais e projetos visando à qualificação da educação municipal.
- **Qualificar as parcerias com as instituições de educação infantil.** Promovendo a formação e valorização dos/as trabalhadores/as, qualificando o atendimento no âmbito pedagógico e fomentando o cumprimento de exigências legais relacionadas às políticas educacionais para essa etapa da educação.
- **Ampliar a oferta da educação em tempo integral.** Construir de forma qualificada, por pelo menos 7 horas e não superior a 12h, em escolas municipais de educação infantil e de ensino fundamental, conforme demanda das famílias, garantindo um atendimento mais abrangente e adequado às necessidades da população.
- Implementar políticas educacionais/pedagógicas visando à educação ambiental, à educação em e para os direitos humanos, à educação das relações étnico-raciais, à educação inclusiva, buscando a superação de todas as formas de discriminação e exclusão.
- Rever os contratos de parcerias estabelecidos pelo município, buscando retomar o controle e a prestação dos serviços pelo setor público.
- **Implementar políticas de escolarização de jovens e adultos.** A exemplo do MOVA-POA, para a superação do analfabetismo e da baixa escolaridade na cidade.
- **Implementar o Sistema Municipal de Avaliação Participativa (SMAP).** Instrumento de avaliação e autoavaliação institucional, garantindo a participação de toda a comunidade escolar, de todos os órgãos do sistema de ensino e prevendo a colaboração das instituições de ensino superior.
- **Criar Portal de Transparência da Educação Infantil.** Para garantir a lisura no processo de matrícula, acesso às informações referentes às vagas nas escolas de educação infantil para toda a população, facilitar o acompanhamento por parte das famílias e permitir um planejamento das vagas a serem ofertadas nas regiões da cidade.
- **Retomar o princípio da Formação Continuada.** Para conselhos escolares e equipes diretivas das escolas, através de reuniões periódicas com as escolas, cursos, seminários, encontros e outras formas de participação interativa.
- **Inclusão contra a evasão.** Implementar políticas específicas para atender a inclusão de crianças e estudantes de diferentes raças e etnias, bem como de imigrantes, implementando ações intersetoriais com diferentes secretarias como forma de valorizar a escola e agir contra a evasão.
- **Salvaguardar espaços de planejamento sistemático e coletivos** nas unidades de ensino, com reorganização dos tempos e espaços, visando à qualidade da educação.
- **Rever a atual política de contratos emergenciais** de professores.
- **Garantir a formação inicial e continuada qualificada dos/das trabalhadores/as** em educação, considerando as necessidades e especificidades das diferentes áreas de atuação, em parceria com universidades.



15.

**O POVO PROTAGONISTA DE NOVO:
DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO
POPULAR E CONTROLE SOCIAL**



Porto Alegre, a partir da criação do Orçamento Participativo (OP), desenvolveu um rico sistema de participação cidadã na gestão pública, englobando Conselhos setoriais e temáticos, Congressos e Conferências deliberativas, no período das administrações populares (1989/2004). As marcas e resultados deste processo fincaram raízes fortes em nossa cidade, tornada referência internacional em gestão pública democrática, participativa e com controle social. Conhecida mundialmente como a capital da Democracia Participativa, foi escolhida para a realização do Fórum Social Mundial, a partir de 2001, um importante evento que trouxe pessoas de todo o planeta para Porto Alegre, embalados pela luta por um outro mundo possível.

Contudo, Porto Alegre viveu retrocessos profundos nos últimos 20 anos, com o OP e todo sistema de Participação Social na gestão pública sendo duramente atacados e, no mínimo, descaracterizados. Se, por exemplo, na gestão municipal de 1997-2000, a média de recursos públicos do OP era 125 milhões sobre um orçamento da Prefeitura de um bilhão e meio, hoje, sobre um orçamento geral de 11 bilhões, para o OP são destinados menos de 30 milhões de reais. No caso dos Conselhos Municipais, de praticamente todos foi tirado seu caráter deliberativo.

Podemos afirmar que o OP se manteve neste período, muito mais por força da disposição das comunidades organizadas e pela ação de conselheiros e delegados, do que por vontade política destas administrações. Neste cenário de reconstrução de Porto Alegre, será necessário **Refundar o Orçamento Participativo na sua plenitude e essência**. Avançando para um processo de co-gestão da cidade, entre governo e sociedade, com participação popular, planejamento participativo e controle social na definição, formulação e execução das políticas públicas de caráter setorial, regional e geral do município.

Propostas:

- **Um novo Orçamento Participativo.** OP de verdade. Dado o seu abandono e desmonte nestes últimos anos, o OP precisará, praticamente, ser refundado. Voltando a ser uma prioridade política de gestão pública, ligado ao gabinete da prefeita, recuperando seu caráter deliberativo, fazendo uso das novas ferramentas da Tecnologia da Informação e qualificando o seu processo de organização e participação.
- **Realizar um novo Congresso da cidade de Porto Alegre.** Espaço deliberativo onde a população de forma organizada irá, em conjunto com o governo, debater, pensar e reordenar todo o atual Sistema de Participação Popular e Controle Social.
- **Constituir um sistema de Democracia Participativa.** Englobando o OP, os movimentos sociais, os conselhos municipais (setoriais e temáticos), as conferências municipais e as audiências públicas, entre outras formas de participação. Tal sistema participativo requer que haja mecanismos de interação e integração entre os mesmos, dos programas de divulgação e formação e criação de estrutura administrativa responsável por sua gestão, todos convergindo para uma relação cooperativa com os poderes Executivo e Legislativo.
- **Transparência na gestão.** Fortalecer mecanismos de acompanhamento da execução da despesa, da dívida pública e dos investimentos realizados pelo município.
- **Criar o Conselho Municipal da Cidade de Porto Alegre.** Uma conquista das organizações populares, previsto legalmente, mas que até o momento não foi implementado. Respeitando a deliberação das últimas Conferências das Cidades de Porto Alegre e aos moldes do Conselho Nacional. Refletindo a sociedade urbana em todas as suas dimensões.
- **Plano Plurianual participativo.** Planejamento de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para quatro anos de governo - deverá ser elaborado com a participação da população. Este debate deve abranger também os desafios para a formulação dos novos projetos para o desenvolvimento econômico e social da cidade.



16.

**O POVO NA PREFEITURA
CONSTRUINDO UMA CIDADE
COM MAIS CULTURA**

A Cultura humaniza a cidade e nos educa para a cidadania. Cultura é inclusão, geração de emprego e renda, inovação, memória preservada, diversidade, pluralidade, liberdade e expressão. Ela fortalece nossos vínculos com a cidade que amamos.

Porto Alegre sempre foi uma cidade que transborda Cultura. Nas ruas, no cinema, na literatura, na música e nas artes visuais. No seu carnaval, no Mercado Público, no Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues, nos Clubes Negros, nos CTGs e nas Casas de Hip Hop. Na comunidade LGBTQIA+, nos circos e na Usina do Gasômetro. Nas periferias, nas ilhas, nas aldeias indígenas, nas comunidades quilombolas e ribeirinhas e nos Pontos de Cultura.

Existe uma produção cultural pulsante com artistas respeitados nacional e mundialmente. Mas as últimas gestões diminuíram políticas, programas e investimentos, sucateando a infraestrutura de equipamentos e serviços públicos. A enchente de maio evidenciou o descaso com trabalhadores da Cultura, economia criativa, patrimônio e equipamentos públicos. Até agora, o prefeito não apresentou alternativas para a recuperação da cidade e do setor cultural.

Alinhadas ao governo Lula, que investe recursos históricos no município, nosso compromisso é fazer da cultura e da criatividade, elementos de revitalização da cidade, com diálogo, descentralização e transversalidade com áreas estratégicas como educação, saúde, meio ambiente, segurança, desenvolvimento econômico e assistência social.

Vamos construir uma nova política, que dê conta da complexidade do setor cultural, fortalecendo o protagonismo dos agentes culturais e da sociedade, garantindo um orçamento participativo, que estimule o exercício pleno da democracia e o olhar para o direito à cultura, como um direito de cidadania das pessoas. Uma cidade mais cultural, é uma cidade melhor para todas e todos.

Propostas:

- **Fazer da Cultura a marca de Porto Alegre.** Cidade da diversidade cultural, da economia criativa, da cadeia produtiva e do desenvolvimento econômico;
- **Implementar um ciclo de investimentos públicos.** Para o pleno desenvolvimento de projetos culturais locais e na economia criativa da cidade.
- **Recuperar e fortalecer os Fundos Municipais de Cultura (Fumproarte, Funcultura e Fumpac).** Para que cumpram seu importante papel no desenvolvimento do setor, bem como potencializar novos mecanismos de financiamento à cultura, através do fomento indireto.
- **Fortalecer o Sistema Municipal de Cultura.** Alinhado ao novo Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura, através da plena fruição da democracia e da cidadania nos processos de decisão das políticas públicas culturais da cidade, garantindo um sistema capaz de auxiliar na formação e capacitação da comunidade cultural.
- **Realizar uma Conferência Municipal de Cultura,** para debater o novo Plano Municipal de Cultura, com a reestruturação do Conselho, somando novas cadeiras para linguagens não representadas e desenvolver sistemas setoriais de participação.
- **Implementar um novo Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária,** com políticas públicas de incentivo aos empreendimentos de diferentes territórios criativos, fortalecendo arranjos locais de produção descentralizados.
- **Fomento aos Pontos de Cultura.** Distribuídos por todas as regiões administrativas da cidade, articulados com escolas municipais nas comunidades.
- **Retomar a ocupação das praças e parques** com uma agenda pública de eventos culturais.
- **Apoiar os espaços** culturais, bibliotecas públicas e comunitárias, oficinas e laboratórios de inovação social nas periferias.
- **Parcerias Público-Comunitárias:** Utilizar prédios e equipamentos públicos ociosos para atividades culturais e criativas, envolvendo também escolas e praças da comunidade, com foco na descentralização da cultura, possibilitando o desenvolvimento dos territórios culturais já existentes.
- **Promover a cogestão** com ampla participação dos espaços e equipamentos culturais de Porto Alegre com os agentes da cultura.



17.

ESPORTE E LAZER



Afirmamos o Esporte e Lazer como direito de todos os cidadãos e cidadãs. Buscando construir, com participação popular, a universalização do acesso e pluralidade de oferta. A comunidade deve estar envolvida em todas as etapas do ciclo da política pública de esporte e lazer. Isso assegura que as necessidades e os desejos da população sejam atendidos, promovendo maior engajamento e uso das instalações e programas.

Propostas:

- **Políticas e ações emergenciais.** Desenvolver um plano emergencial de esporte e lazer em conjunto com as comunidades atingidas pela inundação. Recuperar praças, parques e outros espaços públicos de esporte e lazer atingidos pela inundação.
- **Recuperar, qualificar e ampliar os espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer.** Garantindo acessibilidade com rampas, corrimões e banheiros adaptados, em todas as regiões, com especial atenção às áreas carentes. Esta iniciativa será realizada com a comunidade e suas organizações (associações, ligas, clubes etc.), incentivando a apropriação desses espaços como um direito e promovendo o seu significado nos territórios.
- **Fortalecer a Secretaria de Esporte e Lazer.** Dotando-a de espaço físico, pessoal, recursos financeiros e um modelo de gestão que permita não apenas agir setorialmente, mas também promover articulações intersetoriais. Qualificando os serviços prestados à população.
- **Criar o Observatório Municipal de Esporte e Lazer.** Instrumento que organizará dados necessários para que as políticas públicas dialoguem com os desafios e necessidades cotidianas das pessoas em seus diversos territórios, garantindo uma articulação efetiva com a cidade.
- **Estabelecer um Sistema Municipal de Esporte.** Articulando e coordenando as ações de distintos setores da sociedade. Isso inclui revisar e reorientar o papel do Conselho Municipal de Esporte para uma perspectiva mais participativa e representativa nas ações do governo.



18. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Um dos problemas de Porto Alegre é manter sua competitividade e acompanhar os níveis de evolução das inovações que vêm sendo realizadas a nível mundial. Como desdobramento das escolhas erradas das últimas gestões, Porto Alegre perdeu espaço para outras cidades brasileiras e demais cidades do mundo, especialmente no que diz respeito à consolidação de atividades econômicas de base tecnológica. Incapaz de reter seus talentos, como é o caso de jovens porto-alegrenses bem formados que não encontram perspectivas para realização dos seus sonhos, atraídos para exercer suas atividades profissionais em outras capitais brasileiras, como São Paulo, Curitiba, Florianópolis, dentre outras.

Embora tenha um potencial elevadíssimo no que diz respeito ao ensino superior, Porto Alegre permanece sendo desafiada pela diferença de qualidade e resultados, impactos reais para que esta realidade na formação de trabalhadores e trabalhadoras qualificados, seja extensiva aos meninos e meninas da periferia da cidade. Temos universidades de classe mundial, mas escolas com realidades bastante desafiadoras. Entendemos que para revertermos esse quadro e avançarmos para a construção de uma cidade moderna, inovadora, sustentável e inclusiva, deverá se valer dos recursos que a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) oferece.

A oferta de serviços públicos de qualidade precisa ser acessível à população; as políticas setoriais devem procurar alavancar o crescimento das empresas e serviços locais, contribuindo com a geração de emprego, renda, cultura, lazer e a melhoria no acesso à educação, saúde e demais serviços. Dessa forma, tratar a implementação de políticas articuladas à CT&I como instrumento do desenvolvimento significa recolocar a pertinência do conhecimento científico para estruturação de ações que elevem a qualidade de vida da população. A participação das comunidades e de movimentos sociais nos processos de decisão e gestão deve ser uma constante.

Propostas:

- **Redefinir o papel e a atuação da Procempa.** Aproximando a temática da Inovação da área de TI e Sistemas existentes, visando otimizar o aproveitamento da enorme capacidade de recursos humanos e infraestrutura da empresa e do potencial de atuação integrando as áreas atuais com a de Inovação, propiciando atuação mais incisiva no desenvolvimento de software livre, plataformas abertas e acesso e transparência a dados e desempenhando um papel central no Sistema Municipal de Inovação, como HUB de Inovação.
- **Recuperar o papel estruturante da Prefeitura no fomento da infraestrutura de inovação.** Vamos reforçar iniciativas semelhantes ao Projeto Porto Alegre Tecnópole (1995-2004), que gerou resultados importantes como a criação da Tecnopuc, do Tecnosinos e do CEITEC, com apoio do poder público e universidades. Também vamos retomar projetos de apoio às Redes de Incubadoras das instituições de ensino, promovendo o desenvolvimento e a transferência de tecnologia das universidades para o sistema municipal de educação.
- **Implementar o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia (FIT).** Com a finalidade de promover a cultura da inovação e do empreendedorismo por meio do estímulo à geração de startups e atividades inovadoras nas comunidades carentes da cidade.
- Desenvolver uma série de **ações que simplifiquem, agilizem, fomentem e estimulem a geração de novos empreendimentos**, em especial MPEs e startups, tendo em conta que o estímulo a este processo ocorra de forma distribuída e articulada, envolvendo a região central e a periferia de Porto Alegre, de modo dar sinergia à exploração do reconhecido e subutilizado potencial que temos, nas áreas de criatividade e tecnologia; Reimplantar o sistema de fast track, criado pelo Porto Alegre Tecnópole, para aprovação de alvarás de empresas inovadoras.
- **Reforçar e defender a continuidade da CEITEC na cidade.** Buscando envolver a EMBRAPPII num processo de viabilização da empresa pública. Essa empresa atua no desenvolvimento de projetos e na capacitação e formação de profissionais para a área de semicondutores. Trata-se de uma infraestrutura de ponta de grande importância para atração de novos empreendimentos na área de semicondutores e eletrônica.
- **Revisar o Projeto do PT 4D (Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito).** O objetivo é adaptar o 4º Distrito à sua população e atividades atuais, por meio de um projeto urbano e econômico que fortaleça atividades existentes e promova novas atividades inovadoras. Isso inclui superar barreiras jurídicas e legislativas para transformar a área em um espaço dinâmico de inovação, criatividade e lazer, envolvendo a população local. O foco será a instalação de empresas de base tecnológica em setores como tecnologias limpas, IoT, TIC, robótica, big data, inteligência artificial, machine learning, economia circular e economia criativa.



19. POA DOS DIREITOS HUMANOS



O planejamento da cidade é, em primeira instância, o planejamento das diversas políticas públicas que garantem os direitos humanos da população. A consideração dos direitos humanos no planejamento das cidades é essencial para a construção de espaços urbanos mais justos, democráticos e sustentáveis, onde todos os habitantes possam desfrutar de uma vida digna e de qualidade. Além disso, o planejamento urbano sensível aos direitos humanos, a participação ativa da comunidade nas decisões que afetam suas vidas é fundamental.

O conjunto das políticas públicas propostas neste programa estão amparadas em pactos no âmbito da ONU e na Carta Magna de 1988, garantidora dos princípios de igualdade e dignidade de todas as pessoas, com destaque para os direitos artigos 5º a 8º da Constituição da República de 1988, e em outros dispositivos ao longo do texto constitucional. Algumas das diretrizes e instrumentos da ONU para a implementação dos direitos humanos nas cidades incluem: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (PIDESCA) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a proteção à vida humana em sua diversidade e ao meio ambiente, a erradicação da pobreza e a promoção da paz e da justiça.

Ainda que tais marcos legais tratem dos direitos de toda a população, a garantia da sua efetividade requer uma estrutura própria na gestão e políticas públicas com capacidade de reparação de desigualdades históricas. O direito à dignidade e a igualdade sem distinção de qualquer natureza afirmadas pelas leis e pactos, requer políticas afirmativas para que mulheres, população negra, indígenas, idosa, com deficiência, LGBTQIA+ e imigrantes tenham uma vida livre de violências, com dignidade e igualdade de direitos.

Para isso, propomos medidas conjuntas e específicas de acordo com a necessidade de cada grupo social.

Propostas:

- **POA da Cultura de Paz, Diálogo e Diversidade.** Desenvolver atividades educativas e campanhas que envolvam jovens como multiplicadores dos Direitos Humanos, para promoção do respeito e valorização das diversidades que constituem nossos corpos, comunidades, culturas e religiosidades, para uma POA acolhedora e diversa.
- **Visibilidade importa.** Estratégias de comunicação pública com a valorização da diversidade e uso de linguagens inclusivas nos atos e documentos oficiais.
- **Atendimento humanizado** – com a capacitação de servidores e profissionais nos serviços públicos para o acolhimento e atendimento respeitoso e adequado, garantindo que os serviços nos territórios tenham profissionais habilidades para as especificidades do atendimento de cada demanda especial, segundo protocolos estabelecidos.



20. CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PRIORIDADE ABSOLUTA

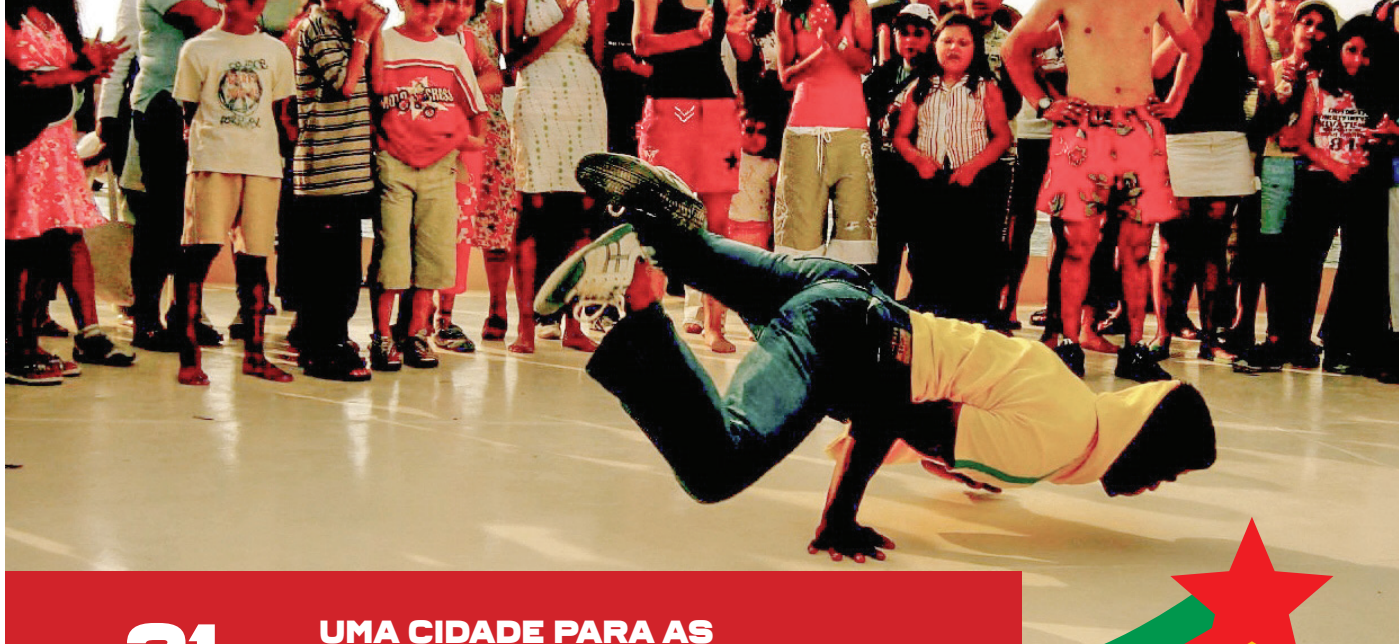


Não se pode falar de criança e adolescente em Porto Alegre sem tratar do enorme déficit na educação infantil e os problemas para o acesso e permanência no ensino fundamental e básico. Em 2024, das 17.302 crianças que se inscreveram para vagas de creche, 7.578 ficaram sem vaga. Se considerando os dados populacionais do Censo 2022 e Censo Escolar 2023, o número de crianças com faixa etária de 0 a 5 anos que não têm vagas garantidas beira a 20 mil. Com a enchente, essa situação se agravou. Cerca de 10.000 crianças e adolescentes matriculadas na rede de ensino estão com o direito à educação comprometido nas 45 escolas e creches atingidas pela inundação, nas regiões de Ilhas, Humaitá/Navegantes e Sarandi.

A Constituição Federal, em seu Art. 227, afirma a prioridade absoluta da infância, adolescência e juventude. Esses são períodos cruciais para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e cultural. Para enfrentar esta realidade, todas as políticas públicas precisam atuar em sintonia, compreendendo que a proteção social e qualidade de vida das famílias e territórios são fatores determinantes para a proteção da infância e juventude. Todas as políticas municipais devem operar para que Porto Alegre seja uma cidade boa para nascer, crescer e viver. Um amplo e robusto Plano Municipal para a Infância e a Adolescência dará as diretrizes à política transversal, elaborado de forma participativa com a sociedade civil e Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes (CMDCA).

Propostas:

- **Toda a criança e adolescente na escola.** Ampliação das vagas em creches e pré-escolas será prioridade absoluta, com o objetivo de atingirmos a universalização da educação infantil. Trabalhando para manter todas as crianças na escola, vamos enfrentar e prevenir a evasão escolar através da melhoria da qualidade da educação. Garantir a capacitação para a manutenção da FICAI 4.0 - acompanhando com a devida atenção a permanência na escola, com busca ativa e compartilhamento de informações e encaminhamentos entre as políticas de proteção. A Tarifa Zero para estudantes será medida importante para que ninguém falte à escola por dificuldades financeiras com o transporte.
- Implementar o Comitê Municipal da Primeira Infância e o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.
- **O fortalecimento dos Conselhos Tutelares.** Crucial para a efetivação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar receberá estrutura física adequada, suporte técnico e administrativo, e condições de mobilidade. Medidas como a valorização, a qualificação das condições de trabalho e a capacitação contínua são essenciais. Serão realizadas melhorias e acessibilidade nas 10 microrregiões, que serão equipadas para manter os expedientes atualizados e informatizados. Além disso, é necessário ampliar as microrregiões conforme a resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- **Enfrentamento das Violências** – Tendo as escolas e os Centros de Referência de Assistência Social como portas de entrada nos territórios, além de outros serviços especializados da política de saúde e segurança, para prevenir situações e violência, especialmente a violência sexual, através de orientações conforme determina a Lei Maria da Penha, a LDB e o ECA.
- **Garantia da escuta protegida e especializada.** Para efetivar o depoimento especial de crianças que sofreram ou foram testemunhas de violência, conforme determina a Lei n. 13.431/2017.



21.

UMA CIDADE PARA AS JUVENTUDES



Nossa cidade precisa de políticas públicas que enxerguem as especificidades da condição juvenil em sua diversidade de experiências. Não podemos considerar a juventude como algo universal e estático, mas sim pensar nas suas variedades: juventude trabalhadora, estudantil, do campo, negra, LGBTQIA+, periférica, dentre as muitas outras juventudes que integram Porto Alegre. O que exige, portanto, políticas transversais, envolvendo um conjunto de áreas na administração. Buscamos construir uma Porto Alegre que seja amplamente participativa, com o protagonismo da juventude para elaborar as políticas municipais. Assim, o jovem passa a ser agente da história e ocupar seu espaço cidadão nessa construção.

Pensando nesta transversalidade, muitas das propostas deste programa deverão contemplar o recorte específico de políticas para a juventude. A seguir apontaremos algumas políticas específicas que buscam auxiliar para que se estabeleçam novas condições de vida para a nossa juventude, com sua diversidade respeitada, oferta de oportunidades e direitos garantidos.

Propostas:

- **Moradia estudantil.** Ampliar a oferta de moradias estudantis próximo aos centros universitários contribuindo com a diversidade e qualificação do ambiente acadêmico e profissional no município.
- **Oferecer cursos profissionalizantes gratuitos.** Buscando proporcionar a possibilidade de crescimento profissional e ascensão econômica e social dos jovens.
- **Promover Olimpíadas da Juventude.** Promovendo jogos integrativos das escolas públicas e privadas contemplando diversidade de modalidades, organizadas de forma descentralizada, respeitando e incentivando a participação da mais ampla diversidade de pessoas (gênero, raça, pessoas com deficiência e outros recortes).
- **Vale de acesso a eventos culturais** para jovens inscritos no Cadastro Único.
- **Jovem Monitor Cultural e Jovem Monitor de Esporte.** A prefeitura contrata, em caráter de estágio, jovens de periferia que atuam no ramo da cultura (música, dança, grafite, etc) ou esporte (aulas de futebol, oficinas de skate, rodas de capoeira, etc) e profissionaliza o trabalho que já possuem talento, atuando junto de profissionais como educadores populares.
- **Criação do Programa Juventude Viva.** Visando reduzir a violência contra a juventude, através da construção de um Plano de enfrentamento ao extermínio da juventude negra e da periferia liderado pela prefeitura.



22. MULHERES PELO DIREITO À CIDADE

Segundo o Censo 2022, metade dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Em Porto Alegre, 47% da força de trabalho é feminina. Sabemos que as mulheres acumulam jornadas de trabalho remunerado e no cuidado da família, além de serem as protagonistas nas iniciativas comunitárias para o bem comum, tais como as cozinhas solidárias. No entanto, são notórias as desigualdades econômicas e a violências que persistem na sociedade, limitando o direito à uma vida e à cidadania das mulheres, meninas e pessoas identificadas com o gênero feminino. Para a transformação dessa realidade propomos um conjunto de políticas estruturantes e transversais, fortalecendo o controle social, para a proteção da vida e promoção da autonomia e cidadania, com oportunidades e trabalho digno e participação política e social. Uma cidade acolhedora para as mulheres é uma cidade acolhedora a todos e todas.

Propostas:

- **Cidade de oportunidades.** Constituir políticas de promoção e estímulo a oportunidades inserção econômica, sob a forma de emprego digno, estabelecimento de pequenos negócios, arranjos produtivos individuais ou coletivos, atentas às diversidades etárias, etno-raciais, de orientação sexual, assim como intencionalmente direcionadas valorização e acolhimento das mulheres lésbicas, bissexuais, trans e travestis.
- **Cidade cuidadora.** Possibilitar que as mulheres possam dedicar tempo para a busca de oportunidades no mercado de trabalho, estudo e profissionalização, através da criação de uma infraestrutura de cuidados, com prioridade para vagas de creche, a turno inverso e oferta de projetos de esporte e lazer nas comunidades para crianças e adolescentes. Implantar espaços de convivência de idosos e cuidados das pessoas idosas e PDC's.

- Implantar a **Casa da Mulher Brasileira**, fortalecer o **Centro de Referência da Mulher – CRM - Márcia Calixto** e, com estratégias articuladas a outros serviços dos territórios, dispor de serviços para atendimentos descentralizados, com equipes capacitadas e protocolos. Implantar o **Protocolo Não é Não**, para a prevenção e combate a importunação e violências contra as mulheres em ambientes festivos e de lazer e assegurar a prioridade do enfrentamento à violência contra as mulheres na atuação do Gabinete de Gestão Integrada da política municipal de segurança.
- **Saúde Integral em todos os ciclos.** Considerando a necessidade de acordo com a diversidade etárias, etno-raciais e de orientação sexual. Para isso: 1) Ampliar o atendimento ginecológico nas US, a oferta de exames ginecológicos, a orientação e oferta de métodos anticonceptivos e preventivos e o acompanhamento para a maternidade. Qualificar instrumentos e serviços humanizados, com atenção às condições de atendimento das mulheres com deficiência e com direito a acompanhante e doula. 2) Assegurar a dignidade menstrual às meninas e mulheres e qualificar o atendimento na rede para população trans e travesti. 3) Fortalecer os serviços de prevenção ao HIV e à Aids entre as mulheres, reduzindo a transmissão vertical do vírus, bem como da sífilis congênita. 4) Ampliar e qualificar a oferta de atenção à saúde mental das mulheres e suas filhas e filhos, com atenção às especificidades das populações indígenas e das mulheres em situação de rua.



23. POA ANTIRRACISTA

Segundo o Censo 2022, cerca de 30% da nossa população é negra, parda e indígena, que, em sua maior parte, vivem nas áreas menos providas de infraestrutura e são empobrecidas pelos processos de racismo estrutural. Na educação, são as crianças e adolescentes com taxas de evasão escolar mais altas. Na juventude e na vida adulta, são minoria nas instituições de ensino superior e ingressam no mercado de trabalho muito cedo, em ocupações menos qualificadas, precarizadas e recebendo os salários inferiores. O racismo, seja velado ou explícito, perpetua essas desigualdades econômicas.

Nossa POA Antirracista assume o compromisso com a superação desta realidade. De forma prioritária, através da proteção da infância e juventude negra, para enfrentar e superar práticas violentas e discriminatórias, em defesa das vidas negras. Para interromper esse ciclo de desigualdades e reprodução da pobreza, faremos políticas afirmativas para melhorar a qualidade de vida das famílias e comunidades, a permanência na escola, o acesso à cultura, esporte e lazer, gerando um ciclo virtuoso para a construção da igualdade de oportunidades. Para isso, propomos ações afirmativas intersetoriais entre as políticas municipais e o fortalecimento dos conselhos de controle social da população negra e indígena.

Propostas:

- **Plano Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-racial.** Com estratégias transversais entre as políticas públicas para realizar ações afirmativas.

- **POA Antirracista.** Implementar e efetivar nas escolas do município as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana, quilombola e indígena, estimulando intercâmbio entre os territórios tradicionais e comunidades escolares, ampliando atividades que fomentem a cultura, com destaque para o hip-hop para enfrentar a violência, evasão escolar, dificuldade de aprendizagem e estimular a psicomotricidade.
- **Letramento racial e Direitos Humanos.** Criar programa de formação antirracista para conselheiras e conselheiros tutelares, guarda municipal e demais servidoras e servidores do município.
- **Juventude negra viva.** Articular ações preventivas de violência e programa de mediação de conflitos em transversalidade com todas as secretarias, sob coordenação do organismo de igualdade racial e da política de segurança cidadã.
- **Cidade de oportunidades** Com capacitações para a inserção no mercado de trabalho, estímulo ao empreendedorismo e economia popular e solidária.
- **Saúde integral.** Implementar a Lei Municipal 13.406/23 que cria a Política Municipal de Saúde Integral da População Negra, garantindo assistência farmacêutica sem interrupções de insumos, antibióticos e medicação controlada, garantindo especial atenção com relação à doença falciforme.



24. LGBTQIA+ - PORTO ALEGRE DO RESPEITO E DA DIVERSIDADE

Porto Alegre, uma cidade historicamente marcada pela diversidade e pela luta democrática, enfrenta desafios significativos na promoção e proteção dos direitos da população LGBTQIA+. Nos últimos anos, a gestão neoliberal tem intensificado desigualdades, afetando profundamente a comunidade LGBTQIA+. O cenário atual exige um governo comprometido com a inclusão e a defesa dos direitos humanos. Assim, propomos o Plano Municipal de Ações para a População LGBTQIA+, visando reconstruir uma cidade mais justa e acolhedora.

Propostas:

- **Direitos Humanos:** Criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ com ampla participação da sociedade civil e implementação de um sistema municipal para transversalizar políticas públicas LGBTQIA+, garantindo eficiência e impacto positivo.
- **Respeito à Diversidade:** Implementação de protocolos de respeito ao nome social e banheiros agênero. Criação de casas de acolhimento para LGBTQIA+ em situação de rua e apoio a projetos para acolhimento de idosos LGBTQIA+, promovendo qualidade de vida e dignidade.
- **Segurança:** Enfrentamento à violência com apoio psicológico e social contínuo, programas de combate à LGBTQIA+fobia e estabelecimento de um Centro de Referência Municipal. Treinamento especializado para polícias e campanhas de conscientização contra a LGBTQIA+fobia em espaços públicos.
- **Saúde:** Financiamento e gestão democrática dos ambulatórios trans, programas de saúde mental focados na prevenção do suicídio, ações de prevenção de ISTs e treinamento contínuo para profissionais de saúde.
- **Renda e Empregabilidade:** Promoção da economia solidária, programas de qualificação e treinamento para inclusão no mercado de trabalho e implementação do programa Transcidadania para reintegração social e garantia de renda para LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.
- **Cultura:** Criação da Casa de Cultura Caio Fernando Abreu e apoio às Paradas do Orgulho LGBTQIA+ nas periferias, incentivando visibilidade e orgulho em todas as regiões da cidade.



25.

**PCD'S - INCLUSÃO E
ACESSIBILIDADE PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**



Porto Alegre tem mais de 336 mil pessoas com alguma deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e psicossocial), representando quase 24% da população, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. A maioria são idosos que, com o tempo, desenvolveram limitações como problemas de visão, audição ou mobilidade. Apesar de a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência ter sido instituída pelo Ministério da Saúde em 2012, ainda não foi implementada na cidade, o que deixa a população sem assistência adequada, evidenciado pela falta de equipamentos adaptados, como macas e mamógrafos.

Na educação, cerca de 5 mil estudantes com deficiência estão matriculados na rede municipal, mas há apenas 400 agentes de inclusão e outros profissionais de apoio, geralmente com pouca formação e em condições de trabalho precárias, o que afeta a qualidade da inclusão. Além disso, a acessibilidade nas ruas é insuficiente, com calçadas em mau estado e falta de pisos táteis, especialmente no Centro Histórico. A rede de assistência social também é deficiente e terceirizada, com alta rotatividade de profissionais, prejudicando a inclusão e reabilitação dessas pessoas.

Para promover a inclusão e proteção das pessoas com deficiência, propomos a criação de um plano abrangente e intersetorial na cidade, com participação ativa do Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência, para garantir convivência, autonomia e proteção.

Propostas:

- **Uma cidade para o acesso universal.** Investiremos em ações, campanhas de sensibilização e fiscalização para adaptar as calçadas, vias, praças, edifícios públicos e privados, espaços de lazer e cultura para garantir acessibilidade universal.
- **Transporte público acessível.** Criar condições para renovação da frota de ônibus sempre adaptados para o acesso universal, assim como buscar garantir que todas as estações de transporte público sejam acessíveis.
- **Direito à Educação.** Com a garantia do acesso à vaga aos PCDs e autistas, contratação de agentes de inclusão e monitores com formação específica e continuada e atenção aos Plano de Ensino Individualizado (PEI) para possibilitar a permanência de estudantes atípicos na escola. Atenção à educação inclusiva também estendida à Educação de Jovens e Adultos - EJA.
- **Oportunidade no mercado de trabalho.** Vamos criar parcerias com entidades assistenciais, a Superintendência Regional do Trabalho, o SINE e empresas para capacitar e incentivar a contratação de pessoas com deficiência, conforme a Lei de Cotas (8.213/91). Também apoiaremos o empreendedorismo e a Economia Solidária para pessoas com deficiência, oferecendo microcrédito e assessoria.
- **Campanhas de Conscientização.** Realizar campanhas para sensibilizar a população sobre os direitos e as potencialidades das PCDs e por uma cultura anticapacitista.



26.

POLÍTICAS PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E ATIVO



O grupo populacional que mais cresce em Porto Alegre é o das pessoas com mais de 60 anos. Podemos ser considerados a Capital dos Idosos, afinal, entre as capitais brasileiras, é a que apresenta o maior percentual de idosos (15,04%). Nossa transição demográfica encontra-se em estágio avançado, frente a esta realidade, a Prefeitura deve implementar diversas políticas e iniciativas que promovam a qualidade de vida, prorrogando ao máximo a autonomia, integração e participação efetiva da pessoa idosa na sociedade e atender às demandas daquelas que apresentam restrições e requerem cuidados especiais, com prioridade aquelas em vulnerabilidade social.

As políticas deste segmento são intersetoriais por excelência e envolvem uma rede integrada da assistência social, da saúde, da previdência, da segurança, da educação, do lazer e da cultura, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa. A cidade acessível é condição para isso, com faixas de pedestres, semáforos, rampas, transporte público adaptado e motoristas educados. Atividades e eventos culturais podem ser incrementados de forma multi e intergeracional, integrando saberes de modo inclusivo.

Propostas:

- **Centros de Convivência da Pessoa Idosa.** Criaremos espaços de integração, em sedes próprias ou em parceria com entidades. Estes centros contarão com programação diversa de atividades físicas e lúdicas, terapias ocupacionais, educação sobre prevenção de lesões e orientação nutricional. Estes locais também receberão equipes volantes de profissionais de saúde mental e orientações sobre enfrentamento a violências, para escuta, acolhimento e encaminhamentos, sempre que necessário.
- **Saúde e Proteção da Pessoa Idosa.** Vamos ampliar e qualificar a Rede de atenção à saúde da pessoa idosa (RASPI). 78% dos idosos dependem do SUS, por isso, é preciso dar ênfase ao Programa de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa. Vamos ampliar as Equipes de Estratégia de Saúde da Família e o atendimento de geriatria para qualificar a atenção básica em saúde para garantir, sempre que possível, que a pessoa idosa permaneça em seu lar, com familiares. Também implantaremos nas Unidades de Saúde serviços de apoio e treinamento de cuidadores, reabilitação e cuidados paliativos para dar suporte às famílias. Em parceria com entidades e empresas, ampliaremos o fornecimento de equipamentos para quem tem mobilidade reduzida, tais como cadeiras de rodas, cadeiras de banho, muletas e andadores. A Saúde mental também deve ser objeto de atenção especial. E, para a necessidade de acolhimento, ampliaremos as Casas Lares e Repúblicas, assim como Instituições de Longa Permanência para o cuidado adequado, com segurança e dignidade.
- **Cidade acessível.** Vamos criar um amplo programa com metas para adequar os espaços e equipamentos urbanos públicos ou privados para garantir a acessibilidade e mobilidade da pessoa idosa.



27. PROTEÇÃO ANIMAL COM POLÍTICAS PÚBLICAS PERMANENTES



As enchentes no RS revelaram uma grave lacuna nas políticas públicas voltadas ao bem-estar animal, com reflexos nos abrigos de animais resgatados. A falta de uma estrutura adequada para lidar com emergências, resultou em um cenário caótico, com muitos animais sofrendo as consequências da tragédia. O advento da pandemia somadas às enchentes, se estabeleceu o colapso dos abrigos de animais, aprofundando a crise da proteção animal, esta situação requer soluções urgentes de redução de danos.

O Programa de Bem-Estar Animal para Porto Alegre dará atenção aos animais domiciliados através da ESF (Estratégia de Saúde da Família, que contará com suporte de veterinário) e a SMAM zelando pelos errantes. A integração decorre do conceito de Saúde Única, que abrange a saúde dos animais humanos e não humanos, que inclui os animais dos ecossistemas domiciliados, semi domiciliados e errante e à saúde ambiental.

Propostas:

- **Órgão gestor específico para garantir o bom funcionamento e desenvolvimento do Bem-Estar Animal.** Estabelecendo políticas e diretrizes bem como a participação da sociedade com transparência; reativar o Fundo Municipal dos Direitos dos Animais.
- Cadastramento/recenseamento de voluntários/protetores, abrigos, ONG's e projetos relacionados à Proteção Animal. Censo de animais em situação de rua, e a microchipagem e cadastro, além de dados dos tutores na base de dados do sistema de informação; ações de controle populacional de cães e gatos e promoção de adoção responsável de animais domésticos e domesticáveis.

- Execução direta pela Administração Pública das atividades técnicas como da gestão da USAV, que não elide o órgão de firmar convênios com Instituições de Ensino.
- **Descentralizar as esterilizações e os procedimentos cirúrgicos** em pontos estratégicos da cidade, além de serviço de atendimento 24h para animais.
- **Conscientização e educação** através de ações com a comunidade escolar acerca dos Direitos, Bem-Estar, Proteção e Guarda Responsável dos animais. Comunicação em plataformas digitais. Promover eventos abertos sobre o tema.
- Parceria com a Polícia Civil, Patrulha Ambiental, Brigada Militar e Guarda Municipal para atender a demanda de resgate de animais sob maus tratos e intensificar a coibição de maus-tratos. Capacitação da Defesa Civil em resgate de animais em desastres.
- **Continuidade do Brechocão.** Espaço público em parques e praças cedido às entidades e protetoras, para à venda e comercialização de itens para reverter em recursos à compra de medicamentos e alimentação aos animais;
- **Política pública para as protetoras e “acumularores”.** Trabalho integrado com a saúde mental e retomada do projeto de pesquisa e acompanhamento dos acumuladores, em parceria com a PUC e o MP (Projeto “Acumuladores”).
- **Criação de um Conselho Municipal de políticas para o bem-estar animal,** com participação das ONGs, protetoras independentes, veterinários e governo para deliberar e avaliar as políticas públicas voltadas aos animais.



28.

**TURISMO COMO MODAL
PARA O CRESCIMENTO
ECONÔMICO DA CIDADE**



O turismo é um setor estratégico para o desenvolvimento econômico, social e cultural de Porto Alegre. Com o objetivo de transformar a cidade em um destino turístico atrativo e sustentável, propomos um conjunto abrangente de ações, desde a gestão eficiente até a revitalização de espaços públicos e a promoção de eventos culturais. Nossa cidade precisa buscar reter por mais tempo as pessoas que desembarcam aqui, não sendo só um lugar de passagem para os outros destinos turísticos do RS. Queremos consolidar Porto Alegre como uma cidade receptiva, inovadora e inclusiva, capaz de oferecer experiências memoráveis tanto para os moradores quanto para os visitantes.

Propostas:

- **Gestão e Parcerias.** Para assegurar a eficiência na gestão do turismo, será recriado o Escritório de Turismo, vinculado diretamente ao gabinete da Prefeita, com uma equipe técnica qualificada e status político adequado. O fortalecimento do sistema de turismo, através de fóruns mensais e a criação de um Programa de Parcerias Público Comunitárias, permitirá a participação ativa de todos os atores envolvidos, incluindo as comunidades locais.
- **Inovação e Sustentabilidade.** No eixo da inovação, destacamos o Programa de Turismo Criativo e Sustentável, que visa revitalizar áreas como o 4º Distrito e promover o turismo de saúde e intercâmbio.
- **Criar novas rotas turísticas e gastronômicas.** A criação de novos produtos turísticos, como roteiros sensoriais, enriquecerá a experiência dos visitantes. A integração dos serviços receptivos, nossa Rota Rural, a promoção da gastronomia local e do nosso Pólo de cervejarias artesanais, além do apoio à produção cinematográfica e eventos culturais, são ações fundamentais para diversificar e fortalecer a oferta turística.

- **Turismo Cidadão e Infraestrutura.** Acreditamos que uma cidade agradável para seus cidadãos será igualmente atrativa para os turistas. Nesse sentido, o Programa Turismo Cidadão promoverá a estruturação adequada dos espaços públicos, incentivando o uso diurno e noturno de locais como a Orla do Guaíba e a Praça dos Açorianos. A mobilidade urbana será aprimorada com a implementação de ciclovias e hidrovias, contribuindo para a inovação nos modais de transporte e facilitando o deslocamento dos turistas.
- **Formação, Promoção e Marketing.** A qualificação profissional é essencial para o desenvolvimento sustentável do turismo. Serão estabelecidas parcerias com o trade turístico e instituições de ensino para capacitação técnica e inclusão da temática nas escolas municipais. A promoção e marketing serão reforçados com a elaboração de um Plano de Marketing, a criação de um portfólio para captação de eventos e a atualização constante dos Centros de Informações Turísticas. Festivais gastronômicos e culturais, juntamente com mapas digitais interativos.
- **Gestão da Informação e Tecnologia.** Será aprimorada com dados do Observatório da Cidade e novas tecnologias para comunicação e atendimento aos visitantes. Parcerias com startups desenvolverão soluções inovadoras para facilitar o acesso às informações turísticas e culturais.



29. PORTO ALEGRE MEMORÁVEL

A cheia de maio de 2024 em Porto Alegre causou grandes perdas humanas e materiais, afetando também o patrimônio histórico e cultural da cidade. A falta de manutenção das centrais de bombeamento contribuiu para que edificações importantes ficassem submersas, afetando a memória social e afetiva da população. Além disso, a ausência de políticas de valorização do patrimônio tem levado à destruição de edifícios centenários, favorecendo a especulação imobiliária. Propomos medidas para construir uma Porto Alegre Memorável, respeitando e cultivando a história da cidade.

Propostas:

- **Política de preservação do patrimônio edificado.** Envolvendo ações da Prefeitura de preservação de seus prédios públicos e um conjunto de ações que possibilitem os proprietários particulares preservarem seus bens de forma menos onerosa. Nesse sentido, a recuperação do FUMPOA, possibilitando empréstimos acessíveis.
- **Criar o Sistema Municipal de Museus de POA.** Rede de articulação entre os mais de 70 museus que a capital possui.
- **Programa municipal de Patrimônio Imaterial.** Estruturado a partir da implementação de um programa de Inventário Participativo do Patrimônio Imaterial de Porto Alegre.
- **Promover um levantamento dos lugares de memória social da cidade.** Tendo uma perspectiva do patrimônio arquitetônico associada à história social.
- **Estimular a qualificação e formação de mão-de-obra para os trabalhos de conservação e restauração.** Hoje bastante escassos, precisamos ampliar profissionais como carpinteiros, calceteiros, pintores, e também restauradores, de modo geral, com ações voltadas principalmente para a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social.
- **Recuperação de espaços públicos culturais e patrimônios da cidade.** Como a Usina do Gasômetro, Museu do Trabalho, Viaduto Otávio Rocha, Brique da Redenção, Mercado Público e outros.
- **Programa especial para a recuperação de lugares de memória.** Com especial atenção para aqueles que estejam em risco de desaparecimento, como edificações em ruínas ou abandonadas, que possam ser incorporadas como espaços culturais da cidade.



30. SEGURANÇA ALIMENTAR, NUTRICIONAL E COMBATE À FOME.



Nossa cidade enfrenta um aumento significativo da pobreza extrema. Entre 2013 e 2022, Porto Alegre teve um crescimento de 88,9 mil pessoas vivendo com menos de R\$160,00 por mês. Somente entre 2021 e 2022, o aumento foi de 30%. A fome e a má nutrição têm efeitos graves na saúde, especialmente entre crianças.

A situação só não é mais grave graças ao programa de transferência de renda do governo federal e pelas iniciativas comunitárias de cozinhas solidárias, protagonizadas majoritariamente por mulheres, com apoio de movimentos sociais, centrais sindicais, entidades e empresas. Enquanto isso, a prefeitura precariza o atendimento nos CRAS e, na educação, promove escândalos com o dinheiro público, para citar dois exemplos de políticas com papel importante no combate à fome, especialmente em lares com crianças e adolescentes.

Nosso programa de governo se compromete com a segurança alimentar e nutricional com uma política coordenada de forma intersetorial, via a Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e a participação ativa do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSANS) e em articulação com os Conselhos de Feiras Ecológicas, de Agricultura e Abastecimento, de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e o Fórum de Agricultura Urbana de Porto Alegre

Propostas:

- **Banco de Alimentos Público.** Sua criação será integrada às estratégias de abastecimento das cozinhas solidárias, restaurantes populares e hortas urbanas.
- **Centros Regionais de Abastecimento.** Para centralizar a recepção, armazenamento e distribuição de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de doações.

- **Fomento às Cozinhas Solidárias Comunitárias.** Criaremos um programa de apoio para estruturação dos espaços de produção de alimentos e com oferta de cursos de capacitação para cozinheiras e cozinheiros que atuam voluntariamente, além do suporte com o fornecimento de alimentos via as centrais de abastecimento.
- **Restaurantes Populares Públicos.** Fortalecer e ampliar os atuais restaurantes populares, aumentando a quantidade de refeições ofertadas.
- **Fomento à Produção e Comercialização de Alimentos Saudáveis.** Pela compra de pelo menos 30% da alimentação escolar e compras institucionais da agricultura familiar. Investiremos mais no PAA municipal e criaremos mecanismos para que mercados e supermercados adquiram alimentos da agricultura familiar local.
- **Incentivo à produção de pomares, hortas urbanas e agroflorestas.** Ocupando terrenos vazios e áreas impróprias para a moradia, através de apoio técnico em parceria com a Emater/Ascar e do aporte de estrutura e apoio.
- **Tradição Alimenta** – O PAA incluirá critérios específicos para atender às necessidades dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Além disso, apoiaremos estratégias para aumentar a oferta de pescado no PAA e em compras institucionais.
- **Pontos de formação e capacitação, através das centrais** de abastecimentos, dos restaurantes populares e das cozinhas solidárias. O Mercado Público será um dos locais privilegiados de educação em práticas alimentares e nutricionais.



31.

CONSTRUIR COM OS POVOS INDÍGENAS UMA PORTO ALEGRE DO BEM VIVER



Existem 11 aldeias no município de Porto Alegre (6 Kaingang, 4 Guaraní Mbyá e 1 Charrua), além de 4 coletivos (núcleos familiares Kaingang) com uma população em aldeia de 654 e mais de 2.954 Indígenas (IBGE). Vale lembrar que por ser a capital do estado e o principal centro administrativo e econômico para Porto Alegre afluem inúmeras famílias indígenas sazonalmente. Além de indígenas estudantes universitários.

Historicamente as populações indígenas têm sido invisibilizadas. Não há políticas dirigidas, ao contrário, perseguem essa população em especial em sua principal atividade econômica/cultural, a venda de artesanato, com assédio e perseguição aos que comercializam no centro da cidade. Muitas famílias exercem a comercialização há mais de 40 anos e a atual gestão da tem atuado fortemente para retirar seus espaços pelo uso da violência policial.

Propostas:

- **Espaços de comercialização do artesanato e dos produtos indígenas** - na Rua da Praia e nas Feiras tradicionais da cidade como da Redenção e outras. Garantir os desdobramentos familiares que ingressam na atividade econômica.
- **Fomentar e apoiar a produção e comercialização de plantas medicinais e alimentos tradicionais.** Editais para processos formativos e de qualificação da produção, linhas de fomento e garantia de espaços de comercialização. Apoio à produção de alimentos nas aldeias, com mecanismos de assistência técnica multidisciplinar.

- **Mecanismo Especial de Gestão para políticas dos Povos Originários.** Espaço específico de gestão para a articulação e implementação das pautas dos Povos Indígenas, coordenar políticas e fazer a articulação com as demais secretarias e órgãos públicos. Com protagonismo indígena e participação ampla e direta.
- **Instituir a Política Municipal Indigenista Originária.** Constituir com ampla participação uma lei municipal que contemple e organize os direitos e as políticas públicas para o desenvolvimento e o protagonismo indígena à luz do bem viver dos povos.
- **Fortalecer o serviço de saúde nas aldeias indígenas,** ampliando as equipes volantes, incluindo atendimentos psicológicos.
- **Políticas de apoio a regularização fundiária e aquisição de áreas.** Prática exitosa que o município já teve, sendo o único caso brasileiro de aporte e garantia do direito fundamental ao território indígena.
- **Política municipal de habitação indígena.** Destinar recursos do fundo para a produção habitacional e reformas, considerando as perspectivas específicas dos povos originários, com atenção ao saneamento e à construção de banheiros.
- **Centro de Referência Indígena.** Espaço para que possam haver exposições, fortalecimento da cultura, artes, cinema e teatro, além da alimentação tradicional.



Porto Alegre é a capital brasileira com o maior número de quilombos urbanos autorreconhecidos do país, abrigando 11 comunidades quilombolas de tradição e práticas multiculturais, calcadas nas estratégias de resistência e permanência secular das populações negras e indígenas, que nos provocam a confrontar nosso passado e presente colonial, escravista, classista, patriarcal e racista, que reproduz cotidianamente desigualdades perversas. Das 11 comunidades quilombolas autorreconhecidas, apenas uma (1), o Quilombo da Família Silva é parcialmente titulada.

As presenças quilombolas também nos provocam esperança e aponta alternativas para a construção de uma cidade mais igualitária e solidária. Pois, essas presenças transformam o espaço da cidade de modo que são responsáveis pela expansão e a qualificação do espaço urbano, através do trabalho dos sujeitos quilombolas que ocupam, planejam e gerem seus territórios.

Propostas:

- **Segurança do território e sua regularização fundiária**, há muitas décadas a higienização social tem expulsado os negros e negras de seus territórios, pela forte pressão da especulação imobiliária sobre os seus territórios. Atuaremos em parceria com instituições de justiça e administrações federais e estaduais, na efetividade do reconhecimento e das demarcações, conforme demandas identificadas por consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção OIT 169. Facilitação do trabalho de regularização.
- **Saúde e assistência social**, com atendimento especializado, organização e descentralização das demandas que envolvem as unidades básicas para atendimento da população em suas especificidades, com equipes volantes de prevenção à saúde. A rede de assistência social deve reconhecer os territórios e suas especificidades, facilitando atendimento no CRAS, inclusão no CADÚNICO, etc.
- Fomentar a **diversidade de ações de geração de renda de base comunitária**, incluindo fortalecimento do turismo de base comunitária, com protagonismo dos atores interessados, sempre com consulta prévia e informada.



33. IMIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS



Nos últimos anos, Porto Alegre viveu um grande fluxo de imigrantes de diversos países, particularmente do Haiti, Síria, Uruguai, Senegal, Angola e Venezuela, o que contribui para a constituição do tecido multicultural da cidade. Essa população precisa estar cada vez mais integrada à dinâmica da vida porto-alegrense. A documentação, as normas culturais, a barreira linguística e cultural e o desconhecimento sobre os serviços públicos, dificulta o acesso aos serviços e políticas públicas, isso tudo atrapalha muito essa integração.

Porto Alegre tem hoje, uma legislação municipal específica para tratar a questão dos imigrantes, apátridas, refugiados, asilados, etc. A política instituída pela Lei 13.527 de 4 de julho de 2023, foi aprovada na Câmara de vereadores por unanimidade e com grande participação da sociedade civil. Ela efetivou em lei a existência dos mediadores interculturais para a saúde e ampliou para outras áreas, para facilitar o acesso aos serviços públicos entre outras medidas e definições importantes para o reconhecimento e integração destas populações.

Os imigrantes também foram brutalmente atingidos pelas enchentes de maio de 2024, 1.891 famílias e 1.089 dependentes ficaram fora de suas casas. A solidariedade e as ações das organizações da sociedade civil foram fundamentais no atendimento a essas famílias, mas infelizmente a situação de abrigo das mesmas registrou diversos casos de racismo e xenofobia.

Propostas:

- Regularizar a lei municipal como forma de organizar e efetivar sua aplicação bem como com o objetivo de articulação a prestação de políticas públicas e acesso aos serviços públicos.
- Auxiliar na facilitação do acesso aos processos de regularização de documentos para imigrantes, como visto de residência e identificação, com serviços de assistência jurídica e administrativa, auxiliando na orientação e encaminhamento. Apoio à organização da demanda e documentação.
- Criação e operação da Casa de Acolhida dos migrantes em Porto Alegre - deverá contar com espaço de hospedagem, alimentação integrada com a rede de cozinhas solidárias e restaurantes populares, orientação jurídica, acolhida e integração à comunidade;
- Acesso integrado aos serviços de saúde, incluindo serviços de saúde mental. Equipar as equipes de saúde da família e formar estes agentes para atuação com esta comunidade. Fortalecimento e ampliação dos mediadores interculturais na saúde e sua expansão e ampliação para atendimento nos demais serviços públicos.
- Promoção de eventos culturais que celebrem a diversidade e incentivam a convivência entre imigrantes e a população local, realização da semana do imigrante descentraliza e fortalecimento de um trabalho conjunto com as organizações da sociedade civil que hoje protagonizam de forma auto-organizada todo o processo de acolhimento em nossa cidade.



34.

DESENVOLVENDO A ECONOMIA COM ÊNFASE NAS PESSOAS E NOS TERRITÓRIOS

Desenvolver a economia de Porto Alegre com ênfase nas pessoas e nos territórios significa colocar as necessidades e potencialidades da população em primeiro plano. Nossa proposta prioriza políticas que promovam a inclusão econômica, apoiando pequenos empreendedores e fortalecendo os laços comunitários. Acreditamos que uma economia sólida nasce da colaboração entre o poder público e a sociedade civil, onde todos têm a oportunidade de crescer e prosperar.

Os camelôs, ambulantes e feirantes são uma presença comum nas cidades brasileiras, incluindo Porto Alegre, desempenhando um papel importante na economia informal, sendo uma força ativa na geração de trabalho e renda. O camelô faz parte da engrenagem da economia, e é de extrema importância o reconhecimento e legitimidade desta categoria de trabalhadores para que tenham direito ao trabalho decente e à cidade, não devendo ser tratados exclusivamente pelo peso da violência institucional.

Assim, um dos pilares dessa abordagem é o apoio ao comércio local, feiras e espaços de comercialização descentralizados e atenção especialmente aos bares e restaurantes, que desempenham um papel fundamental na vida cultural e social da cidade. Estes estabelecimentos são pontos de encontro que promovem a convivência e a identidade cultural dos bairros. Nosso compromisso é criar um ambiente favorável para que esses negócios floresçam. Para este fim, trabalharemos pela desburocratização e a partir de programas de capacitação para proprietários e funcionários no plano da gestão dos seus negócios.

Vamos trabalhar para garantir que os frutos do desenvolvimento sejam compartilhados por todos, combatendo as desigualdades e promovendo a justiça social. Acreditamos que uma Porto Alegre mais inclusiva e solidária é possível, e estamos comprometidos em transformar essa visão em realidade, com políticas que beneficiem diretamente os cidadãos e respeitem a diversidade e riqueza dos nossos territórios.

Propostas:

- **Construção de uma política harmoniosa e com inclusão social para o comércio de rua.**
Estabelecimento de canais de diálogo entre os trabalhadores informais e as autoridades municipais, políticas de transição da economia informal para economia formal seguindo a Recomendação 204 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com capacitação, investimento, microcrédito, editais e bolsas de auxílio.
- Abrir a discussão sobre o modo de regulação da atividade ambulante.
- **Fóruns de desenvolvimento do comércio local.** Espaço de construção de políticas de médio e longo prazo para fortalecer o comércio, em seus diferentes ramos, de cada região da cidade, que hoje tem da prefeitura apenas a perspectiva da regulamentação sem qualquer projeto mais robusto de fomento.
- Estímulo e Criação de Espaços descentralizados e feiras itinerantes em todas as regiões da cidade, com respeito aos locais onde os trabalhadores já atuam, além da criação de comissões de feirantes para gerir e organizar as iniciativas. Com controle social e participação dos trabalhadores nos espaços geridos pela prefeitura.
- **Visibilidade e apoio às feiras ecológicas e feiras modelo,** Em diálogo com os feirantes e a comunidade, construir uma política de fortalecimento das feiras.
- Apoiar bares e restaurantes na renegociação de dívidas acumuladas na enchente por meio do Fundo de Aval ou outro mecanismo.
- Criar programa de Microcrédito e Capacitação em Gestão para fomentar iniciativas autônomas e empreendedoras de pequenos negócios ou arranjos familiares.
- Fortalecer iniciativas de bancos e moedas sociais e outras tecnologias sociais que fomentem a economia solidária e circular.



35.

UM PROGRAMA PARA A TRANSFORMAÇÃO DE PORTO ALEGRE



Procuramos ao longo do conjunto de diagnósticos e propostas que compõem o POAÇÃO, nosso programa de governo participativo, mostrar que Porto Alegre pode ser diferente. Existem alternativas e soluções possíveis para modificar a nossa triste realidade. Entendemos que o caminho para esta transformação deverá ser construído através da participação popular em todas as esferas, com o povo opinando e participando da reconstrução de Porto Alegre.

Precisamos de uma Prefeitura que promova o desenvolvimento, para isso é necessário ter a sensibilidade democrática de ouvir o povo e saber suas necessidades, ousadia para enfrentar os problemas, capacidade para elaboração de projetos e a determinação para a captação dos recursos. Algo que pouco foi feito neste último período. Somente após a tragédia da enchente que o Prefeito foi constrangido a apresentar esboços de projetos para a cidade. Após quatro anos sem nada fazer, apresenta planos apenas às vésperas da eleição e ainda tenta culpar o Governo Federal pelos problemas da sua incompetência. A atitude é uma afronta à cidade e ao cidadão que sofre as consequências da falta de ações planejadas.

Queremos uma prefeitura que tenha na excelência dos serviços públicos prestados uma de suas marcas. Algo possível qualificando o diálogo com os servidores, contratando novos quadros para recompor a capacidade técnica e operacional dos órgãos e assim viabilizar o planejamento e atendimento das demandas cotidianas da cidade, se preparar para eventuais imprevistos e qualificar as políticas setoriais.

Nossa cidade vive um momento histórico. As decisões de hoje afetarão diretamente a vida das próximas gerações. Para se reerguer e dar a volta por cima, Porto Alegre precisará de um choque de investimentos, de retomada de programas e políticas públicas que atendam as necessidades da nossa população. Nosso Plano de Ação quer transformar Porto Alegre, criar as condições para uma gestão mais eficiente, focada nas necessidades de nossa população e com capacidade para atender as decisões oriundas da participação popular.

Chegou o tempo de mudanças. E esse novo tempo já começou agora. É tempo de esperança e ação. Com o povo de novo na Prefeitura!

EXPEDIENTE:

Coordenação do programa de governo: Erick Kayser (PT).

Grupo de Trabalho do programa de governo: Cláudia Favaro (PSOL), Antônio Saldanha (PCdoB), Carlos Comassetto (PT), Carlos Fernando Niedersberg (PCdoB), Guaracy Gonçalves (PV), Juliana Guterres Dutra (REDE), Nilo José Pinheiro Júnior (PSB), Rodrigo Dilélio (PT), Silvana Conti (PCdoB) e Vinicius Eckert (PSOL).

Assessoria e metodologia: Gabriel Ribeiro, Juliano Sá e Márcia Falcão.

Revisora: Sara Costa.

Um agradecimento especial aos ex-prefeitos José Fortunati, Tarso Genro, Raul Pont, Olívio Dutra; a Gabi Tolotti (PSOL), Montserrat Martins (PV) e aos companheiro/as Mário Sander Bruck, Cleber Moraes da Silva, Ana Paula Toliou e Igor Aires Ramos do PSB. Além de agradecermos as valiosas sugestões de todas as pessoas que participaram das atividades do POAÇÃO.

**O POVO DE
NOVO NA
PREFEITURA**

P R E F E I T A
MARIA 13
VICE **TAMYRES**

WWW.POACAO.COM